

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E ARTES
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA**

9,5
DOL

**A CRISE DA REPÚBLICA POPULISTA
NO RIO GRANDE DO NORTE**

Denize F. Rodrigues Lima



Natal/1999

DENIZE F. RODRIGUES LIMA



**A CRISE DA REPÚBLICA POPULISTA
NO RIO GRANDE DO NORTE**

Monografia apresentada à disciplina Pesquisa Histórica II, ministrada pela Professora Denise Mattos Monteiro, do Curso de História da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, sob a orientação do Professor Francisco Fagundes de Paiva Neto.

Natal/1999

DEDICATÓRIA

**Aos meus filhos e marido, presenças
queridas no meu cotidiano.**

AGRADECIMENTOS

**A todas as pessoas que ao longo da
minha vida acadêmica, contribuíram
para a consecução do curso de História.**

“Criar uma nova cultura não significa apenas fazer individualmente descobertas ‘originárias’; significa também, e sobretudo, difundir criticamente verdades já descobertas, ‘socializá-las’ por assim dizer, transformá-las, portanto, em base de ações vitais, um elemento de coordenação e de ordem intelectual e moral”.

(A. Gramsci)

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	07
1 - A ORIGEM DO POPULISMO NO BRASIL	09
1.1 - Aspectos do Populismo no Nordeste	12
1.2 - Populismo _ Uma Análise do Conceito	17
2 - O POPULISMO NO RIO GRANDE DO NORTE	24
3 - A CRISE E O DECLÍNIO DO POPULISMO	31
3.1 - A Crise e a Queda do Populismo no Rio Grande do Norte	36
4 - O GOLPE DE 64: Algumas Reflexões Sobre a Política Potiguar	40
4.1 - Aluizio Alves e sua Trajetória Política pós Golpe-64	40
4.2 - Djalma Maranhão _ Uma Análise do Líder	42
4.2.1 - Uma Reflexão Gramsciana	44
4.2.2 - Djalma Maranhão e os Sistemas de Alianças	47
4.2.3 - Djalma Maranhão e a Troca de Partidos	48
4.2.4 - A Campanha de Pé no Chão Também se Aprende a Ler	49
4.2.5 - O Nacionalismo de Djalma Maranhão e outros aspectos ideológicos	50
5 - CONSIDERAÇÕES FINAIS	53
6 - BIBLIOGRAFIA	56

INTRODUÇÃO

A historiografia norte-riograndense, de um modo geral, retrata o populismo a partir de seus aspectos exteriores_ a demagogia, a emocionalidade, a verbiagem social, etc., colocando em destaque a figura de políticos que foram, coincidentemente, “receptivos” às más intencionadas intervenções norte-americanas do período marcado pela ameaça do “espectro comunista” no Brasil. Nela, se enquadra muito bem a figura política de Aluizio Alves, que fez alianças com o governo americano em prol da ajuda financeira para a implementação de seu “programa modernizador”.

Nosso trabalho procura fugir desses aspectos. Ele visa abordar o populismo como um modelo político exercido num dado memento histórico do Brasil, fosse ele de esquerda ou de direita. Daí o tema_ A Crise da República Populista no Rio Grande do Norte(RN).

Mediante esta compeensão, tentaremos mostrar que o Rio Grande do Norte também foi palco para a atuação de atores políticos da era populista. Para tanto, veremos na própria crise da hegemonia política oligárquica local a abertura de espaço para esse novo modelo, como forma de tentar solucionar a crise, dando oportunidade à introdução de figuras políticas personificadores, nesse momento, do papel necessário à implementação e consolidação dessa política de massas no estado. Destacaremos principalmente as atuações políticas de Aluizio Alves e Djalma Maranhão.

Em meio à crise oligárquica tornar-se-á evidente o pacto populista firmado entre essas duas forças políticas, cuja união derrotará o inimigo comum_ Dinarte Mariz, líder da mais lídima oligarquia do estado. Mostraremos, dessa coligação de oposição, o encontro de duas lideranças pertencentes a diferentes origens políticas, e portadores de diferentes posições ideológicas, tornando-se expressiva uma política de massas, de feições burguesa ou esquerdista.

Dentro desse quadro, conceberemos como populismo, política de massas específica de uma etapa das transformações econômico-sociais e políticas do Brasil.

Analisaremos o período em foco de 1930, quando da inserção das massas em algumas das decisões no cenário político até 1964, período em que marca o fim da política de massas através do golpe militar, interrompendo, no Brasil, esse modelo político.

Especificamente, a nível do Rio Grande do Norte, nos deteremos, principalmente, ao início de 1960, período em que se registra, indubitavelmente, a consolidação desse modelo político e, ao mesmo tempo, se assiste ao término da tranqüila dominação oligárquica agrária. E o ano de 1964, momento marcante do comportamento político de Aluízio e Djalma em relação ao golpe de estado no sentido de oferecer ou não resistência.

Analisando a referência bibliográfica sobre populismo, fizemos uso dos estudos de Octávio Ianni, mediante uma análise da esquerda na política de massas, evidenciando, no interior desse estudo que *a esquerda esteve, direta e indiretamente, relacionada com o populismo.*

Compreendendo a importância de analisar o populismo de esquerda no estado, tivemos a preocupação de fomentar essa discussão. No entanto, na realização do trabalho, atestamos a carência de referências bibliográficas locais sobre a temática em questão. Não obstante, contrariando as dificuldades, desenvolvemos um estudo que procura despertar sobre a importância do tema proposto.

Nessa pesquisa, utilizamos de livros, de jornais, de monografias referentes ao populismo no âmbito nacional e regional.

Este trabalho está dividido em quatro partes. A primeira aborda o populismo no Brasil, considerando a conjuntura nacional, alguns aspectos do populismo no Nordeste e uma análise sobre o conceito populismo. A segunda se detém ao populismo no Rio Grande do Norte, em que nele destacamos a origem dos líderes e partidos políticos no estado e o pacto político ocorrido entre os mesmos (sistema de alianças). A terceira retrata a crise e o declínio do populismo no Brasil e especificamente no estado do Rio Grande do Norte. O último reproduz de forma sintética o Golpe de 1964 e descreve algumas considerações sobre a política potiguar. Enfocamos, principalmente, a figura política de Djalma Maranhão, homem público na história norte-riograndense na década de 50 e início da década de 60.

1 - A ORIGEM DO POPULISMO NO BRASIL

No Brasil, o profundo abalo sofrido pela economia de exportação decorrente da crise de 1929 (queda da bolsa de valores de Nova York) juntamente com a grande depressão dos anos 30 abrirá, incontestavelmente, as condições sócio-políticas, iniciais para o processo de democratização do Estado. Nesse ínterim, outro forte elemento irá substanciar esta fase, a Revolução de 1930 que será o ponto de partida para uma nova etapa na história brasileira.

Verifica-se, no quadro desse contexto histórico, uma desarticulação do velho capitalismo agrário, voltado para a exportação, que tem início em 1929 e o rompimento hegemônico das oligarquias rurais iniciada na revolução de 1930. Tais acontecimentos serão, sem dúvida, os elementos consequenciais que oferecerão às cidades, progressivamente, condições econômicas e políticas para a proposição do conjunto dos problemas do país. Francisco Weffort ressalta que:

(...) nestas circunstâncias as populações urbanas representariam no conjunto do povo o contingente politicamente decisivo. Este complexo desenvolvimento histórico-político, apresenta como traços dominantes as tendências de liquidação do Estado Oligárquico, alicerçado em uma estrutura social à base da grande propriedade agrária, voltada para o mercado externo, e da formação de um Estado Democrático apoiado principalmente nas massas populares urbanas e nos setores sociais ligados à industrialização².

Diante do exposto, será dentro dessa formação do estado democrático que se originará o populismo, visto que segundo Weffort *ele foi a expressão do período de crise da oligarquia e do liberalismo(...) e do processo de democratização do Estado que, por sua vez, teve que apoiar-se em algum tipo de autoritarismo(...)*³, tal como o autoritarismo paternalista ou carismático dos líderes de massas da democracia do pós-guerra (1945-1964).

Nessa conjuntura, a democracia brasileira que até 1930 servia apenas para consagrar os ajustes de interesses entre os grupos dominantes deixará, a partir desse período, de ser mera formalidade. Nela, os interesses populares passam a contar e o regime, de uma maneira ou de outra, deve atendê-los. Neste período, tem início a transição que poderia ser designada com *a passagem de uma democracia com participação limitada a uma democracia com participação ampliada*⁴. Vale lembrar que, depois de 1930, o velho esquema assentado basicamente nos interesses cafeeiros já não encontrava condições de viabilidade.

¹ WEFFORT, Francisco. O populismo na Política Brasileira

² Id. *ibid.*, p. 45.

³ Id. *ibid.*, p. 60.

⁴ Apud; WEFFORT, Francisco., *op. cit.*, p. 45.

Desta forma, considerando que nenhum dos grupos integrantes do poder pode oferecer as bases da legitimidade do Estado, incluindo, nesse viés, *as classes médias por não possuírem autonomia política frente aos interesses tradicionais em geral e os cafeicultores por estarem deslocados do poder político sob o peso da crise econômica não podendo, desse modo, servir de base para a expressão política dos interesses gerais*⁵.

Estabelece-se, em meio a este impasse, uma solução de compromisso de novo tipo. Assim: *nestas condições, aparece na história brasileira um novo personagem: as massas populares urbanas, tendo em vista serem a única fonte de legitimidade possível ao novo Estado brasileiro*⁶.

Como podemos constatar, as camadas populares irão emergir em decorrência da crise da sociedade agrária, dando origem ao populismo. Assim sendo, Weffort destaca:

*o populismo, como estilo de governo, sempre sensível às pressões populares, ou como política de massas, que buscava conduzir, manipulando suas aspirações, só pode ser compreendido no contexto do processo de crise política e de desenvolvimento econômico que se abre com a revolução de 1930*⁷.

Nesse sentido, o populismo surge como uma espécie de “fórmula” para resolver momentos de crise de hegemonia política. Conforme destaca Laclau, *o populismo começa no ponto em que os elementos popular democráticos se apresentam como opção antagônica face a ideologia do bloco dominante. Segundo o autor, basta que para assegurar sua hegemonia, uma classe ou fração de classe requeira uma transformação substancial do bloco do poder para que uma experiência populista se torne possível*⁸.

Mediante tais proposições podemos concluir que o poder conquistado pelos revolucionários nos quadros de um compromisso, só encontraria condições de persistência na medida em que se tornasse **receptivo às aspirações populares**.

Dentro desse contexto surge *o fantasma do povo na história política brasileira, que será manipulado soberanamente por Getúlio Vargas durante 15 anos*⁹.

Dentro desse quadro político, é importante destacar que a política de massas foi a vida e a morte do modelo getuliano de desenvolvimento econômico. Durante este novo modelo político se assiste no Brasil a uma das etapas mais importantes das lutas pela industrialização. A partir delas, criam-se as condições institucionais, políticas e culturais

⁵ WEFFORT, Francisco., op. cit., p. 50.

⁶ Id. Ibid., p. 50.

⁷ Id. Ibid., p. 08.

⁸ LACLAU, Ernesto. Política e Ideologia na Teoria Marxista: capitalismo, fascismo, populismo. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1979, p. 179.

⁹ WEFFORT, Francisco., op. cit., p. 50.

mínimas para a consolidação de uma sociedade propriamente urbano-industrial. Conforme declara Ianni, *nesses anos _em especial depois de 1945_ as massas começaram a participar em algumas decisões políticas(...)*¹⁰.

Nessa perspectiva, constatamos que a sensibilidade liberal tradicional foi bastante perspicaz ao perceber a diferença política do período que se abre em 1945, manifestando, desde cedo, a sua decepção perante uma democracia que, conforme ela registrou, era preciso **cortear as massas**. Verifica-se, assim, a repulsa que o impopular moralismo tradicional exprime contra o que, para ele, se poderia chamar de *popularização da corrupção*¹¹. Podemos conferir isto a partir das palavras de um jornalista liberal que, analisando as eleições de 1945 e uma explicação da derrota que lamenta de seu candidato, ele conclui, *estaria no que chama de suborno coletivo*¹².

Desta repulsa dos liberais diante da democracia de massas, Weffort diz o seguinte, *"verifica-se uma pauta de nostalgia dos tempos 'austeros' da República Velha onde o suborno e a corrupção eram apenas individuais"*¹³. No interior dessa compreensão vale destacar a definição do sociólogo Octávio Ianni a despeito da origem do populismo na América Latina. Ele coloca:

*O populismo surge na América Latina na época em que o Estado Oligárquico entra em crise(...). Acompanhando este raciocínio ele acrescenta que, [sendo] o populismo uma das manifestações da crise das estruturas oligárquicas, ele passa a ser[também] um elemento ativo no declínio final deste tipo de Estado*¹⁴.

Diante disso, torna-se evidente a grande marca distintiva do populismo residente no mascaramento das desigualdades sociais em seu discurso. Esse aspecto do populismo é denominado por Bobbio de *igualitarismo populista*¹⁵. O preterido discurso procura escamotear as divisões sócio-econômicas da sociedade, estabelecendo, ao mesmo a idéia do povo como uma comunidade de interesses solidários.

Outro ponto a destacar é a existência de uma relação muito estreita entre populismo e industrialização. Nesse sentido, torna-se praxe atribuir a origem do populismo mediante um momento de ruptura em que uma sociedade tradicional arcaica ou rural se transforma numa sociedade moderna, urbana ou industrial.

¹⁰ IANNI, Octávio. O Colapso do Populismo no Brasil. Rio de Janeiro: civilização Brasileira, 1978. P. 53.

¹¹ WEFFORT, Francisco., op. cit. p. 21.

¹² Id. ibid., p. 21.

¹³ Id. ibid., p. 21.

¹⁴ IANNI, Octávio. A formação do Estado Populista na América Latina. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1975, p. 59.

¹⁵ BOBBIO, Norberto. MATEEEUCI, Nicola, PAQUINO, Gianfranco. Dicionário de Política., vol.2., p. 983.

Importa assinalar, no entanto, este tipo de composição rural-urbana do proletariado industrial, tornando-se em um elemento importante para a compreensão da estrutura da política de massas, pois sem qualquer tradição partidária, o horizonte cultural(dessas populações) está profundamente marcado pelos valores e padrões do mundo rural.

Nessa transição, observa-se o universo social e cultural, antes sendo delimitado pela região, a violência e o conformismo, como soluções tradicionais, irá modificar-se na cidade, na indústria, mas de modo parcial e contraditório(...). Desta forma, declara Ianni, *a sociedade latino-americana da época do populismo(...) está em transição. Pouco a pouco, reduz-se o peso do tradicional e cresce a importância do moderno. No limite estaria a sociedade urbana-industrial*¹⁶.

Mediante tais proposições, podemos considerar a origem do populismo no Brasil e na América Latina, enquanto fenômeno político de massas, só podendo ser explicada a partir das próprias massas, visto serem oriundas da área rural e, por isso, inseridas num horizonte cultural marcado por valores e padrões específicos, conferem, por si só, a razão e o sucesso desse fenômeno. Nesse horizonte cultural, aonde se inclui a influência da região, podemos destacar também o papel por esta desempenhado, para o surgimento de lideranças populistas, inclusive de cunho esquerdista, tais como: Miguel Arraes(PE) e Brizola(RS). Segundo Ianni *“as disparidades regionais permitem compreender melhor o aparecimento e a sustentação de lideranças estaduais bem marcadas*.”¹⁷

1.1- Aspectos do Populismo no Nordeste

O Nordeste transforma-se num problema de repercussão nacional já no fim do Século XIX e a partir da chamada “Grande Seca” entre 1877-79, verifica-se na região a intervenção do Estado mediante uma série de investimentos públicos. A partir daí, as políticas sociais de combate à seca se darão através da criação de uma variedade de instituições que se sucediam e se sobrepunham no decorrer do tempo. Não obstante, a intervenção do Estado não resultará em melhorias das condições de vida da população que era vitimada pela seca. Conforme assinala Celso Furtado:

(...) o extraordinário esforço realizado pelo governo federal nos últimos cinquenta anos para fazer frente ao problema das secas foi desviado de seu autêntico objetivo social para transformar-se em instrumento de consolidação dos latifúndios de

¹⁶ IANNI, Octávio. A formação do Estado Populista na América Latina. Pp. 27-8.

¹⁷ IANNI, Octávio. O colapso do Populismo no Brasil. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978, p. 38.



*pecuária, ameaçados de suas próprias bases pelas grandes calamidades sociais em que se haviam transformado as secas. Nenhum esforço conseqüentemente foi desenvolvido para capacitar a imensa massa de trabalhadores, que vivem em parceria para enfrentar a seca*¹⁸.

Como se vê, os recursos públicos federais, havendo sido criados para atender aos flagelados da seca, acabaram sendo desviados para os grandes latifundiários, privilegiando, assim, os seus interesses em detrimento dos realmente necessitados. Exemplificando, podemos citar o Departamento Nacional de Obras Contra as Secas(DNOCS) portador desse perfil de atuação, não chegando a produzir mediante o pensamento de Francisco Oliveira , *mulheres efetivas para a população nordestina, visto que era controlado pelo clientelismo das oligarquias rurais*¹⁹.

A partir de 1959, com a criação da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste(SUDENE), inicia-se uma nova fase de enfrentamento de combate à seca. Essa instituição foi produzida dentro da administração do presidente Juscelino Kubitschek(1956-61) que objetivava criar um novo órgão para solucionar um novo problema mas que na verdade, segundo Thomas Skidmore, *tentava evitar conflitos*²⁰. Esta instituição coexistiu com o DNOCS, embora tendo, progressivamente, perdido grande parte de sua força institucional.

Nessa nova etapa, a seca já não era o centro do problema a ser resolvido. Desse modo, a SUDENE passou a focalizar o problema a partir de uma nova ótica, qual seja: alavancar o desenvolvimento através da industrialização. Nesse sentido, havia a necessidade de se diversificar a atividade produtiva na região através de um forte impulso do setor industrial(...), pois, segundo a concepção da SUDENE, (...) *em seu documento básico, os efeitos das secas tenderiam a desaparecer ou a serem consideravelmente reduzidos à medida que a região se desenvolvesse*²¹.

Essa solução para os problemas do Nordeste era complicada visto o "atraso" do Nordeste, em relação ao desenvolvimento industrial, conforme assinala Andrade, ser permitido porque o processo de industrialização brasileiro, *acelerado após a Segunda Guerra Mundial, reforçou o núcleo industrial do Sudeste, sobretudo de São Paulo[em detrimento] das industriais situadas nas áreas periféricas e adaptadas à produção para um mercado local ou*

¹⁸ FURTADO, Celso. *A Fantasia Organizada*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985, p. 22.

¹⁹ OLIVEIRA, Francisco de. *Elegia para uma re(li)gião: SUDENE, Nordeste, Planejamento e Conflito de Classes*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1993. P.52-56.

²⁰ SKIDMORE, Thomas E., *Brasil: De Getúlio Vargas a Castelo Branco(1930-1964)*, 9ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988, p. 228.

²¹ A esse respeito veja-se: CARVALHO, Otamar de; *A importância da seca de 1877-79 e os Equívocos clássicos da história das secas nordestinas*; IN: ____: *A economia política do nordeste(seca, irrigação e desenvolvimento)*, p. 227.

*regional*²². Mediante tal situação, evidencia-se uma crise econômica no Nordeste, isto porque o modelo agro-exportador foi severamente afetado.

Verifica-se, assim, a industrialização em São Paulo, no Rio de Janeiro e em Minas Gerais acontecerem mediante um grande sacrifício das regiões mais pobres do país, em especial, o Nordeste, ficando explícito, assim, a existência de grandes desequilíbrios regionais. Nesse sentido, escreve Cohn: *o aumento das disparidades regionais se acentua celeremente à medida que nos aproximamos da década de 60 e se torna polêmico na primeira metade da década de 1960*²³.

Diante de tais circunstâncias a seca não era mais encarada como um problema natural, ligado a pouca disponibilidade de água, mas, sim, o Nordeste, palco do fenômeno, encarado como um problema econômico regional. Partindo dessa proposição surge uma nova questão: como resolver as disparidades regionais?.

Surge o "planejamento"²⁴ como a grande resposta técnica e racional para desenterrar o desenvolvimento do Nordeste, estando ele ligado à própria origem da SUDENE. Nesse sentido, o planejamento tornou-se para a região uma espécie de **tábua de salvação**. A partir daí todo o destino para o desenvolvimento do Nordeste dependeria do planejamento.

Somado a esse panorama econômico, verificou-se no Nordeste, durante o fim da década de 1950, uma crise política: a crise da hegemonia política oligárquica. As eleições de 1958 representam, de modo expressivo, esta crise. Conforme assinala Amélia Cohn, elas *já refletem de modo marcante, no nível político, as mudanças ocorridas no nível sócio-econômico regional. No nível regional representam a queda da oligarquia agrária que até então detinha inquestionavelmente o poder*²⁵.

Concomitante com esta crise política verifica-se, também, o crescimento das forças populares, visto que a emergência desses setores populares era oriundo de tensões sociais que cresciam no período. A criação da SUDENE foi, em parte, projetada para minimizar essa situação, sendo, portanto, definida a partir de questões sociais.

Nesse quadro, evidencia-se a luta pela reforma agrária, fazendo crescer o movimento camponês no Nordeste e, como resultado desses movimentos, irão surgir as *Ligas Camponesas*, lideradas por Francisco Julião, que se encontrava em Pernambuco. Além desse

²² A esse respeito veja-se: CARVALHO, Otamar de; A importância da seca de 1877-79 e os Equívocos clássicos da história das secas nordestinas; IN: ____: A economia política do nordeste(seca, irrigação e desenvolvimento), p. 227.

²³ COHN, Amélia., Crise Regional e Planejamento. São Paulo: Perspectiva, 1978, p. 41.

²⁴ A esse respeito, veja-se: COHN, Amélia. Crise regional e Planejamento

²⁵ COHN, Amélia., op. cit., p.92.

estado, o centro do movimento camponês, acrescenta Amélia Cohn, *são criadas ligas na Paraíba(...), no Rio Grande do Norte, Ceará, Piauí e Bahia*²⁶.

É importante destacar o apoio dispensado às ligas pelos líderes da igreja evangélica, especialmente a Batista e Pentecostal além do apoio da igreja católica que também tomou posição favorável à reforma agrária, impulsionando e dando apoio, inclusive, à criação de sindicatos rurais.

Com respeito a esse engajamento da igreja católica, torna-se importante considerar que supostamente, tal atitude, mui provavelmente, se deu devido ao crescimento da presença protestante e do “perigo” comunista entre os trabalhadores rurais. Segundo Dalay da Silva Cruz:

[essa postura da igreja] *é também, motivada pelo temor da ameaça comunista, com a vitória da revolução cubana, em 1959(...), [além] de uma inquietação com o crescimento de várias seitas protestantes que, apesar de serem ainda uma minoria[preocupam] os padres do Nordeste*²⁷.

Dessa feita, através da intervenção direta no movimento camponês, a igreja católica poderia, assim, não só conquistar espaço, mas também conter o “perigo” comunista.

Não obstante, o apoio dessas igrejas no que concerne a luta do homem no campo, se constituíram, nesse momento, numa importante força de mobilização e organização dos trabalhadores rurais no Nordeste.

Dentro desse contexto, o crescimento do movimento camponês, enquanto expressão das tensões e conflitos sociais no meio rural do Nordeste, torna-se motivo de preocupação para o poder, visto que o Nordeste[havia-se] *transfigurado em um barril de pólvora, prestes a explodir na violência das tensões sociais*²⁸.

Outro movimento popular de grande importância que, indiscutivelmente, merece ser destacado são os chamados “Movimento de Educação de Base(MEB)”. Dentre estes movimentos podemos citar o Movimento da Cultura Popular de Pernambuco(MCP), implementado inicialmente pela Prefeitura do Recife através da administração de Miguel Arraes, cujo objetivo principal, segundo eles, era *conscientizar as massas através da alfabetização e educação de base(...)* e *incorporar a sociedade os milhares de proletários e marginais do Recife*²⁹. É importante acrescentar que é no MCP que situa-se a *gestação e os*

²⁶ Id. *ibid.*, p. 76.

²⁷ CRUZ, Dalcy da Silva. A redenção Necessária: Igreja Católica e sindicalismo rural, 1960-64. Dissertação de Mestrado em Sociologia. Campina Grande: UFPE, 1982., p. 42.

²⁸ CARVALHO, Inaiá Maria Moreira de., O Nordeste e o Regime Autoritário: discurso e prática do planejamento regional. São Paulo: HUCITEC/SUDENS, 1987, p.58;

²⁹ A esse respeito, veja-se: Encontro Nacional de Alfabetização e Cultura Popular I, Recife, 1963.

*primeiros experimentos do sistema Paulo Freire*³⁰. Outro importante movimento de educação foi, incontestavelmente, o projeto educacional *De pé no chão também se aprende a ler*³¹, sob a administração de Djalma Maranhão durante a sua gestão como prefeito da cidade do Natal. O referido projeto propunha uma nova forma de educação. Para os organizadores desse projeto o mesmo apresentou um fator inovador, segundo eles, [nesse caso específico] *a escola começa com a prática e só depois vai alcançar a teoria*. Quando esta se elabora, o faz em cima da prática existente. Sendo, assim, conforme observa José Willington Germano, referindo-se à Campanha, ele conclui *a prática correu diante da teoria, ultrapassando-a*³². Torna-se importante considerarmos que dentro desse contexto *os tempos eram de marcatismo e caça às bruxas: as acusações de subversão e comunismo não escondiam o braço armado do imperialismo americano(...)*³³, visto que, com o fim da Segunda Guerra Mundial, os Estados Unidos parecem ser o único país capaz de deter o expansionismo soviético e preservar os interesses do mundo capitalista. Malgrado a preocupação americana, em linhas gerais, podemos dizer que a política desse país para a periferia do mundo capitalista era a de procurar o surgimento de governo socialistas ou progressistas. Para isso, não hesitaram em se aliar e patrocinar ditaduras em alguns países dependentes economicamente, dentre eles, o Brasil, situado na América Latina. Nesse sentido, onde havia governos progressistas, reformistas ou **nacionalistas** no poder, os Estados Unidos incentivavam e financiavam golpes de Estados militares. Daí a criação da “Aliança para o Progresso”, assim como a atuação da USAID, embora tinham o mesmo objetivo: direcionar e financiar o desenvolvimento econômico na região. Por trás dessa ajuda estava o objetivo principal dos americanos “conter o avanço das idéias **subversivas** no Nordeste”.

Por tudo isso, todos esses movimentos descritos, tanto o movimento camponês quanto o movimento de educação de base apresentavam em seu bojo, segundo Ian Knippers Black, *uma orientação nacionalista e um sentimento anti-americano*³⁴.

Verifica-se, desse modo, que a emergência desses movimentos populares, bem como a própria crise social vivida no Nordeste estão inseridas num universo bem maior e de caráter internacional _ o período da Guerra Fria(luta pelo poder hegemônico).

³⁰ GÓES, Moacyr de. *De pé no chão também se aprende a ler*, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1980, p. 50.

³¹ A respeito da campanha “De pé no chão também se aprende a ler”, veja-se: GERMANO, José Willington. *Lendo e Aprendendo: a campanha de pé no chão*; GÓES, Moacyr de, Natal, Cortez Editora, 1989, op. cit., p. 68.

³² Apud. GOES, Moacyr de. Op. cit., p. 102;

³³ GÓES, Moacyr de., op. cit. p. 14;

³⁴ PEREIRA, Henrique Alonso de A. *O Homem da Esperança: uma experiência política no Rio Grande do Norte(1960-1966)*. Recife, 1996. Dissertação de Mestrado em História, UFPE.

Mediante esse quadro político, vimos que a principal acusação à administração municipal foi a alfabetização do país através da campanha De Pé no Chão também se Aprende a Ler, servindo, assim, de pretexto, visto que, em Natal, *a postura política do Governo Municipal(...) foi de denúncia permanente ao imperialismo[americano] e ao latifúndio(...)*³⁵, conforme observação feita pelo ex-secretário de Educação, Moacyr de Góes, da administração municipal de Djalma Maranhão.

Diante do exposto, podemos concluir que o período compreendido entre as décadas de 1950 e 1960, criaram condições histórica viáveis para o surgimento do populismo no Nordeste, uma vez que tais circunstâncias geraram uma situação histórica que possibilitou a implementação de modelos populistas como forma de solucionar a referida crise.

1. 2 - Populismo _ Uma Análise do Conceito

Para melhor elucidação do nosso trabalho, consideramos indispensável indagarmos sobre o conceito a partir da visão de alguns autores, objetivando, como isso, mostrar de forma proficua as várias definições sobre o conceito “populismo”. Nesse sentido, podemos constatar que o populismo, na ótica de Francisco Weffort, apresenta suas primeiras manifestações já no fim da ditadura Vargas(1945) e permanecerá uma constante no processo político até 1964, tornando-se, por esta razão, difícil fazer uma referência de conjunto que englobe toda a sua diversidade. Sobre o que é populismo a partir da definição do conceito, “ironicamente”, Weffort se valerá do pensamento de um integrante do liberalismo elitista para resumir o conteúdo básico da noção usual deste fenômeno. Desse modo:

*Um liberal, escreveu sobre o fracasso de seu partido nas eleições de 1945 anotando os seguintes “conselhos”(...): “Evite por todos os meios obrigar o povo a refletir. A reflexão é um trabalho penoso a que o povo não está habituado. Dê-lhe sempre razão. Prometa-lhe tudo o que ele pede(...)*³⁶

Já os nacionalistas, segundo Weffort³⁷ definem, em geral, o populismo pelos seus aspectos exteriores _a demagogia, a emocionalidade, a verbiagem social, etc. e, especialmente, pela ausência de ideologia. Para Weffort³⁸, esta compreensão sugere uma visão inócua dos “ideólogos nacionalistas”, visto que o mesmo percebe o populismo brasileiro, dentre seus aspectos, enquanto um “fenômeno de massas”, mas no sentido preciso de que as

³⁵ GÓES, Moacyr de., op. cit., p. 19.

³⁶ WEFFORT, Francisco., op. cit., p.26.

³⁷ Id. ibid., p. 26.

classes sociais determinadas tomam, em dadas circunstâncias históricas, a aparência de massa [à partir de uma realidade social específica].

Nota-se que na concepção de Weffort, o populismo não é um fenômeno residual _ núcleo da interpretação corrente, tanto na versão nacionalista como na liberal. Nesse sentido, ele assinala: *o populismo é, no essencial, a exaltação do poder público; é o próprio Estado colocando-se através do líder, em contato direto com os indivíduos reunidos na massa*³⁹.

Com efeito, nesse contexto, todas as organizações importantes que tomam a aparência de mediadoras entre o Estado e os indivíduos são, na verdade antes anexos do próprio Estado que órgãos efetivamente autônomos. Desse modo, as organizações sindicais são, como afirma Touraine, *menos um instrumento nas mãos da classe operária que a expressão de uma participação indireta e involuntária no poder*⁴⁰. Nesse viés, podemos incluir também o sistema partidário, visto que ao nível da liderança populista, podemos constatar que *o partido, no essencial, depende do prestígio popular[do líder] e de suas posições de poder*⁴¹. Desta forma, podemos concluir que os aspectos decisivos da luta política estão vinculados a uma luta entre personalidades.

Francisco Wefforte destaca outro importante aspecto do populismo, nele, o Estado se encontra em contato direto com as massas e o nacionalismo é utilizado como cobertura ideológica do desenvolvimentismo(particularmente na presidência de Juscelino Kubitschek)⁴².

Assim sendo, embora as massas populares sejam as bases da legitimidade do Estado, não passam, em verdade, de *massas de manobra*⁴³, servindo de instrumento para a aquisição e preservação do poder.

Ao mesmo tempo, dentro dessa perspectiva, o autor ressalta o risco corrente da “aliança conciliatória”, visto que *a hegemonia se encontra sempre com os interesses vinculados às classes dominantes, mas é impossível de se realizar sem o atendimento de algumas aspirações básicas das classes populares*⁴⁴. Tal argumento pressupõe a falsa impressão de participação popular e de aliciamento das massas.

³⁸ Id. *ibid.*, p. 26.

³⁹ Id. *ibid.*, p. 28.

⁴⁰ Apud; WEFFORT, Francisco., *op. cit.*, p. 53

⁴¹ WEFFORT, Francisco., *op. cit.*, p.53.

⁴² Id. *ibid.*, p. 57.

⁴³ Id. *ibid.*, p. 58.

⁴⁴ Id. *ibid.*, p. 58.

Partindo desse pressuposto, Dreifuss diz que mesmo em face de algumas limitações políticas do poder, *o populismo[era] incrementado de tal forma que a força das classes dominantes parecia em geral apoiada pelo consenso da maioria do público(...)*⁴⁵, supondo-se, desse modo, a prática da manipulação de massas.

Nesse contexto, Boris Fausto nos apresenta o populismo sugerindo a idéia de uma *aliança entre as classes*⁴⁶, partindo, hipoteticamente, de uma proposição também mencionada por Norberto Bobbio, para quem este movimento, ao excluir a luta de classes, torna-se *fundamentalmente conciliador*⁴⁷.

Mediante esse quadro, Weffort percebe o populismo como um fenômeno político de “diversas facetas” e “freqüentemente” contraditórias”. Não obstante, o populismo é, segundo ele, um fenômeno de qualidade social e política, embora, devido a sua diversidade, provoque uma percepção fragmentária, concebendo-o mais como um *fenômeno de natureza pessoal*⁴⁸. Sendo assim, ele assinala:

*Cada um deles apresenta uma peculiaridade própria, um “estilo”, tendo em comum “sua política pessoal quase sempre pouco explícita e sua ideologia, ainda menos explícita e muitas vezes confusa”. Portanto, as suas diferenças e/ou contradições são de tal ordem “que se torna difícil distinguir neles alguma significação fundamental comum, além do interesse que todos têm na conquista do voto popular e na manipulação das aspirações populares “ dessa forma ele conclui que “os aspectos decisivos da luta política _ as formas de aquisição e preservação do poder _ estão vinculados a uma luta entre personalidades”*⁴⁹.

A citação é longa, porém bastante elucidativa e adequada sobre o contexto. Como se vê, para Francisco Weffort, os líderes populistas poderiam utilizar-se de muita demagogia para atrair as camadas populares urbanas. Fora do poder, esses líderes apresentavam-se como autênticos renovadores dispostos a tudo mudar. Nesse sentido, o compromisso do líder populista nos parece, por esta feita, o discurso de cada comício, alterável ao gosto do eleitor.

Tomas Skidmore ao analisar a história política do Brasil refere-se ao populismo como um novo estilo político que imprevisível antes de 1930, toma força em consonância com a pressuposição do voto livre. Para ele, esse novo conceito “populista, de certo modo, “impreciso” é personificado através de Vargas, utilizando desse novo termo para

⁴⁵ DREIFUSS, René Armando. A conquista de Estado. Ação Política, Poder e Golpe de Classe. 3ª ed. Petrópolis, vazes, 1981, p. 37.

⁴⁶ FAUSTO, Boris. Populismo: “capítulo encerrado”. IN: caderno de Debate: São Paulo, 1976.

⁴⁷ BOBBIO, Norberto. Et dii., op cit., p. 56.

⁴⁸ WEFFORT, Francisco., op. cit., p. 56.

⁴⁹ Id. ibid., pp. 94

denominar um novo estilo de procedimento político numa situação na qual o *eleitorado urbano das massas mostra receptividade a um líder atraente*⁵⁰, usuário de um apelo direto e emocional.

Verifica-se assim, que Skidmore⁵¹ vê no político populista um líder personalista, *em cuja organização política gira em torno das suas próprias ambições e da sua própria carreira*. E, acrescenta, devido ao seu [carisma] torna-se para a direita uma ameaça a manutenção do seu *status quo* e, para a esquerda *marxista disciplinada, recebe o menosprezo em decorrência da sua irresponsabilidade e mistificação das massas*.

Tais considerações sobre as características gerais do líder não fogem às já mencionadas por Weffort, contudo vale destacar que Skidmore reconhece a existência de líderes populistas de esquerda.

Leôncio Basbaum, fazendo referência ao populista Ademar de Barros como novo aliado ao PTB (aliança das forças populistas) para a campanha à sucessão presidencial e cujo nome para candidato à concorrência foi Getúlio Vargas, cita Ademar como aliado que *contava apenas com a máquina governamental do estado de São Paulo e um partido, o PSP (Partido Social Progressista), [que] era, afinal de contas, ele mesmo, e nada além disso*⁵².

Diante dessas proposições, podemos verificar que aos estudiosos sobre o populismo existe, incontestavelmente, uma evidente dificuldade em discernir sobre o conceito. Nesse sentido, mesmo aqueles, na tentativa de oferecer uma interpretação mais apurada delimitando, desse modo, o campo de análise a determinadas regiões ou países deparam com inúmeras diferenças comportamentais, existentes no bojo do populismo. Com efeito, cumpre ressaltar o pensamento de Laclau:

*O populismo é um conceito ao mesmo tempo evasivo e recorrente. Poucos conceitos têm sido tão amplamente usados na análise política contemporânea, embora bem poucos tenham sido definidos com menor precisão. Sabemos, intuitivamente, a que nos referimos quando qualificamos de populista a um movimento ou ideologia. Porém, enfrentamos as maiores dificuldades traduzir essa intuição em conceitos*⁵³.

Nesse sentido, acrescenta Bobbio:

O populismo não conta efetivamente com uma elaboração teórica orgânica e sistemática. Muitas vezes ele está mais latente do que teoricamente explícito. Como denominação se amolda facilmente, de resto,

⁵⁰ SKIDMORE, Thomas E. Brasil., op. cit., p. 94-5.

⁵¹ Id. ibid., pp. 94-5.

⁵² BASBAUM, Leôncio. História Sincera da República (1930-1960), 4ª ed. São Paulo. ALMA Ômega., 1976. P. 199.

⁵³ LACLAU, Ernesto., op. cit., p. 149.

*a doutrinas e a fórmulas diversamente articuladas e aparentemente divergentes*⁵⁴.

Até o referido enfoque constatamos, dentre as várias definições sobre o populismo, que, de modo geral, ele se apresenta mediante uma postura de poder. Não obstante, certos autores, entre eles, Otávio Ianni e Skidmore reservam ao conceito um análise “amadurecida” sobre o mesmo.

Partindo dessas considerações, nos valeremos, enquanto referencial do nosso trabalho, da tese de Otávio Ianni⁵⁵, visto que no processo de sua elaboração teórica ele declara:[são vários] os populismos que conhecemos (getulismo, trabalhismo, populismo de esquerda, etc.). Dentro desse contexto, cumpre ressaltar que Ianni compreende o populismo como *um processo do qual participou não somente a burguesia, mas também a esquerda*⁵⁶. E do seu valoroso pensamento onde o mesmo reforça a idéia de que o populismo, segundo suas palavras: *Trata-se antes de um movimento político, do que um partido político*⁵⁷ e afirma, categoricamente, que *a política de massas difere da política de partidos*⁵⁸.

Para ele, a política de massas é o fundamento da democracia populista [que] se organizou, paulatinamente, nas décadas que antecederam ao golpe de 1964, como consequência da nova composição do poder.

Sob o comando de Vargas e os políticos a ele associados surge esse movimento político que, ao lado das medidas concretas, começa a desenvolver uma ideologia e uma linguagem própria. Nesse novo modelo, *as massas passam a desempenhar papéis políticos reais, ainda que secundários. Assim, pode-se afirmar que a entrada das massas no quadro das estruturas do poder é legitimada por intermédio dos movimentos populistas*⁵⁹.

Esse novo estilo político, que inicialmente se apresenta vestido de getulismo irá aos poucos ganhando uma nova roupagem, adquirindo, assim, outras conotações e, também, denominações: *Borghismo, quererismo, juscelinismo, janguismo e trabalhismo(são algumas das modulações do populismo brasileiro*⁶⁰. Nesse sentido, ele está correlacionado a uma etapa fundamental das manifestações políticas existentes num período determinado das transformações evidenciadas nos setores industrial e, em menor escala, agrário.

⁵⁴ BOBBIO, Norberto, et alii. Op. cit., pp. 980-1.

⁵⁵ IANNI, Octávio. O colapso do Populismo no Brasil. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978., pp. 102-107.

⁵⁶ Id. ibid., pp. 102-107.

⁵⁷ Id. ibid., pp. 102-107.

⁵⁸ Id. Ibid. p.19.

⁵⁹ Id. ibid., p.176.

⁶⁰ Id. ibid., p. 176.

Segundo Ianni, o populismo brasileiro também está relacionado com o consumo em massa, como com o aparecimento da cultura de massa. Ele afirma: *o populismo brasileiro é a forma política assumida pela sociedade de massas no país*⁶¹. Para ele, essa política de massas ou populismo foi burguesa e esquerdista. Seus líderes, por vezes, eram homens provenientes do povo ou mesmo dos grupos políticos de esquerda. Por outras vezes, eram homens advindos da classe burguesa, embora, com uma ressalva, esses líderes, na maioria dos casos, *dominavam o cenário populista; controlavam os aparelhos burocráticos dos partidos e organizações comprometidas com a política de massas*⁶². De um modo geral, tais líderes exerceram, junto às massas, a figura dos demagogos políticos mais bem sucedidos, e muitos alcançaram até mesmo, a categoria de personalidades carismáticas.

No desenvolvimento de sua construção teórica, Ianni⁶³ considera que as próprias desigualdades regionais *permitiram compreender melhor o aparecimento e a sustentação de lideranças 'estaduais' bem marcadas. Esta observação pode ser verdadeira em[se tratando] de líderes populistas como Leonel Brizola (com base no Rio Grande do Sul) e Miguel Arraes (com base em Pernambuco).*

Cabe assinalar que ambos os políticos são considerados, na historiografia brasileira, líderes de esquerda. Nesse sentido, nada mais oportuno do que inserir, nesse arcabouço, a figura de Djalma Maranhão, enquanto um líder populista de esquerda.

Nesse enfoque específico, torna-se importante destacar, na visão de Otávio Ianni, o papel que a esquerda brasileira desempenhou dentro do quadro histórico da política de massas. No interior desse contexto, ele observa que a introdução da esquerda brasileira no populismo, ou seja, nesse movimento de massas ocorreu em meio a necessidade da mesma em criar uma nova concepção de progresso socialista.

Para tanto, ajustar-se-á o movimento de esquerda às condições locais. Nesse sentido, a partir de 1945 terá o Partido Comunista, no reformismo, sua predominância como orientação política interna e, no plano internacional, sua primazia residirá *na luta contra o imperialismo norte-americano*⁶⁴.

Por essa razão, mediante uma correlação de forças e objetivando fazer frente ao latifúndio (considerado o ponto de apoio interno), o Partido Comunista lutará pelas reformas de base e, no intuito de desenvolver esta campanha, *o Partido Comunista favorecerá e estabelecerá alianças entre operários, setores da classe média, estudantes universitários,*

⁶¹ Id. *Ibid.*, p. 177.

⁶² Id. *ibid.*, p. 177.

⁶³ Id. *ibid.*, pp. 38-9.

⁶⁴ Id. *ibid.*, pp. 81-2.

*intelectuais, políticos populistas, militares e setores da burguesia nacional*⁶⁵. Essa posição tácita de alianças, conforme salienta Ianni, levará a esquerda a *adotar e emaranhar-se na prática política de massas[tornando-se] um dos principais elementos da democracia populista*⁶⁶.

Exemplificando, tomemos, como exemplo, Miguel Arraes, líder político que em sua região_ Pernambuco, no Nordeste, desempenhou importante papel. Pode ser considerado um dos mais típicos representantes do populismo de esquerda. Sendo assim cumpre ressaltar que Arraes, enquanto Governador, agiu no sentido de formalizar e modernizar as relações de trabalho favorecendo a democratização do poder político, colocando-se, desse modo, *direta e decididamente na linha política de massas(...)*⁶⁷.

Nesse sentido, será no contexto histórico do trabalhismo de Miguel Arraes, através, evidentemente, da política de massas que se propaga às Ligas Camponesas e, em seguida, os sindicatos rurais. Entretanto, por essas mesmas razões não poderão as Ligas e os Sindicatos serem levados mais rapidamente a uma atuação política de caráter radical.

Dissertando tais considerações, vale conferir o pensamento de Francisco Julião, símbolo da liderança radical de esquerda no movimento rural brasileiro, *ele sabia que a 'foice' nas mãos do trabalhador era ainda um instrumento de violência anárquica e não de violência revolucionária*⁶⁸.

As elaborações colocadas acima permitem uma compreensão de um fenômeno político populista. O próximo subitem visa conferir como essa questão se desdobra a nível do Rio Grande do Norte.

⁶⁵ Id. *ibid.*, p. 82.

⁶⁶ Id. *ibid.*, p. 82(Grifo nosso)

⁶⁷ Id. *ibid.*, p. 73.

⁶⁸ APUD. Id. *ibid.*, p. 73.

2.0 - O POPULISMO NO RIO GRANDE DO NORTE

As eleições de 1960 no Rio Grande do Norte servem de “termômetro” para mensurar a crise que assolava a **hegemonia oligárquica** no estado, ao mesmo tempo em que mostra a presença de uma conjuntura que favorecia incontestavelmente o surgimento de um novo modelo político _ **o populismo**.

Tal conjuntura implicava num processo de **industrialização** proporcionada, em parte, pela criação da SUDENE, em 1959, e numa evidente tendência à **urbanização**, mostrando, assim, uma inversão do quadro demográfico estadual e o conseqüente crescimento da população urbana, principalmente na cidade do Natal.

No centro desse quadro, partiremos da hipótese de que a emergência de setores populares foi mais um fator que contribuiu para a fomentação do populismo no estado, visto que no interior a criação dos sindicatos rurais, juntamente com a presença marcante da igreja católica sinalizava o crescimento da organização dos trabalhadores rurais. Nesse contexto, supomos que outro aspecto relevante foi o desenvolvimento, na capital, do movimento nacionalista que incrementou os movimentos populares. Para confluir esse quadro que pressupõe, embora de forma simplista, os aspectos existentes no estado para o surgimento de uma política de massas, seria necessário, antes de tudo, a presença de lideranças que representassem, nesse momento, as aspirações desses setores populares emergentes, tornando-se, assim, porta-vozes dessas camadas sociais.

Nesse sentido, partiremos da proposição de que tanto Aluizio Alves como Djalma Maranhão personificaram no estado esse tipo de liderança, realizando, inclusive, um pacto populista entre eles, mesmo, considerando os seus antagonismos ideológicos e políticos.

Objetivando esclarecer de forma mais aprofundada como cada um desses aspectos contribuíram para o surgimento da política de massas ou populismo, trabalharemos, a seguir, o processo histórico que consubstanciou este fato político no estado.

Sendo assim, a origem do populismo, a exemplo do Nordeste, também está ligado à crise da hegemonia política oligárquica. Nesse sentido, para melhor elucidar esta compreensão, torna-se necessário se reportar à origem dos grupos e partidos políticos que *desde a redemocratização despertam⁶⁹ o poder no estado*.

⁶⁹ GERMANO, José Willington. Lendo e Aprendendo: A campanha de Pé no Chão. Natal: cortez Editora, 1989. P. 46.

O estado do Rio Grande do Norte, durante o período de 1947-60 era governado por duas principais forças estaduais que eram a União Democrática Nacional) e o Partido Social Democrático(PSD) com uma expressiva similaridade, ambas eram originárias do oligárquico Partido Popular(PP). Desse modo, apesar desses dois partidos serem adversários a nível nacional, eram, a nível estadual, expressões da mesma oligarquia agrária. Partindo dessa análise, observa Germano:

Tratava-se, portanto, de um confronto entre frações da oligarquia agrária e, por conseguinte, os partidos eram simples expressões nominais através dos quais os setores oligárquicos se organizavam para a disputa do poder. Nesse sentido não se pode jamais falar na existência de contradições fundamentais, mas somente de divergência de caráter secundário, concordando todos no essencial: a Preservação da situação⁷⁰.

Como se vê, neste estado, o antigo Partido Popular dividiu-se em dois e, da sua ala mais radical, opositora a Getúlio Vargas, formou-se a unidade Democrática Nacional(UDN). Da outra ala, mais moderada, se consolidou o Partido Social Democrático(PSD).

Sob a liderança da UDN encontrava-se, como carro-chefe, Dinarte Mariz e, na composição do partido, tanto Aluizio Alves como os Rosados de Mossoró pertenciam às hostes udenistas. Do lado oposto, *estavam os pessedistas comandados por Georgino Avelino, Dioclécio Duarte e mais João Severiano da Câmara⁷¹.*

Dentro desse quadro, é importante observar que o PSD potiguar era formado por lideranças que haviam sido apoiadas por Getúlio, durante o Estado novo. Já a representação local da UDN tinha em figuras políticas, exemplificando, Juvenal Lamartine, líderes oligarcas provenientes da República Velha, sua mais lúdima liderança.

Desta forma, podemos conferir que *PSD e UDN não apenas eram originários do Partido Popular como, também, do ventre do Estado Novo⁷².*

No interior desse contexto, surge ao lado do PSD e da UDN uma terceira força política no rio Grande do Norte, liderada por Café Filho, através do Partido Social Progressista(PSP). Dentro desse quadro político, *o cafeísmo vai desempenhar a função de fiel da balança⁷³.*

Em 1954 o suicídio de Getúlio Vargas leva ao poder o já vice-presidente Café Filho que, nessa ocasião, havia rompido com o presidente e se aproximara dos políticos udenistas e dos militares antigetulistas. Em se tratando do Rio Grande do Norte, PSD e UDN

⁷⁰ Id. *ibid.*, p. 48.

⁷¹ Id. *ibid.*, p. 46.

⁷² Id. *ibid.*, p. 46.

⁷³ GÓES, Moacyr de., *op. cit.* p. 18.



reconhecendo a importância política de Café Filho *vem se refugiar sob suas asas(...). Todos querem se aquecer ao calor do novo sol(...)*⁷⁴.

Mediante conjecturas, pode-se afirmar, conforme declara Moacyr de Góes⁷⁵, que com Café Filho na presidência da República, *o cafeísmo, paradoxalmente está órfão. A conciliação política castrara o cafeísmo no que ele tinha de mais autêntico: a rebeldia, a insubordinação, o não conformismo(...) do poder político de suas oligarquias.* Essa situação geral, aos cafeístas históricos, um clima de perplexidade e de ressentimento.

Nesse ínterim, surge Djalma Maranhão para ocupar o vazio deixado no PSP. Ele retoma o antigo discurso cafeísta, mas, com uma ressalva, ele novo discurso chega mais atualizado. Sendo assim, a participação política de Djalma Maranhão vai contribuir para marcar essa tendência cafeísta que, conforme assinala Moacyr de Góes, [apresentava] *uma postura contra o imperialismo e contra o latifúndio, por um poder nacionalista, democrata e popular*⁷⁶. Não obstante, a sua permanência no partido será rompida em virtude da sua expulsão do mesmo como consequência de divergências entre ele e Ademar de Barros.

Em 1956, ocorre no estado uma aliança política entre Dinarte Mariz(UDN), líder da *mais lídima expressão da oligarquia agrária algodoeira-pecuária* e o cafeísmo.

Cabe ressaltar que até 1960 as lutas política travadas no Rio Grande do Norte eram oriundas, basicamente, *de um confronto entre frações da oligarquia agrária e, por conseguinte, os partidos eram simples expressões nacionais, através dos quais os setores oligárquicos se organizavam para a disputa do poder*⁷⁷.

Contudo, a partir de 1960, este quadro de tranqüila dominação agrária começa a mudar, quando, então, entra em crise e nele **novos elementos são incorporados ao processo político, já agora influenciado pelas tensões sociais oriundas das estruturas sociais que, nesse sentido, ofereceu as condições necessárias para o aparecimento das massas populares urbanas enquanto força política "liberta do controle dos 'coronéis', como também o surgimento de uma liderança 'desenvolvimentista' e modernizadora**⁷⁸.

Cabe destacar que essa liderança, apesar do atrelamento a setores oligárquicos específicos, propunha, nesse momento, um rompimento com as práticas tradicionais de fazer política e de exercer o poder. Assim sendo, conforme observa Germano, *essa liderança assumia naturalmente uma posição ambígua, porquanto, sendo oriunda da*

⁷⁴ Id. *ibid.*, p. 19.

⁷⁵ Id. *ibid.*, p. 19.

⁷⁶ Id. *ibid.*, p. 19.

⁷⁷ GERMANO, José Willington. *Op. cit.*, p. 48.

⁷⁸ Id. *ibid.*, p. 48.

*oligarquia agrária, estava agora "contaminada" pelos interesses modernizadores da burguesia*⁷⁹.

Essa liderança será representada "muito bem" por Aluísio Alves. Sua participação nesse novo "esquema político" será implementada a partir da cisão que se operara na UDN entre as alas aluizistas com as alas de Dinarte Mariz. Nesse sentido, segundo declara Francisco de Oliveira, seria uma cisão(...) [proveniente] *da crise de hegemonia do bloco do poder, uma vez se instituindo como força modernizadora, Aluísio Alves se colocara em posição antagônica à ala de Dinarte Mariz*⁸⁰.

Dentro desse contexto, para somar forças contra Dinarte Mariz, agora, o "inimigo comum", será formada a coligação das oposições composta por políticos de origens bastante diversas como Aluísio Alves (sob apoio do PSD) e Djalma Maranhão (cuja legenda já era o PTN), evidenciando, assim, no estado, a existência de líderes populistas que, na luta pelo poder, surgem de um momento de crise e desagüam nas eleições de 1960, mediante discussões sobre a necessidade de modernização do estado.

Não obstante, com uma particularidade. È a união entre o populismo de direita com o populismo de esquerda que, sob orientação de um discurso conciliador, partem de posições análogas de defesa da industrialização e do desenvolvimento.

Dentro dessa perspectiva, podemos considerar que aqui no rio Grande do Norte, também como em outras regiões do país, evidenciou-se a existência de lideranças populistas de esquerda. Nesse sentido, Djalma Maranhão é um bom exemplo.

Figura de destaque na história política anterior ao golpe, ex-militante do partido comunista, defensor do nacionalismo e ferrenho preceptor na luta antiimperialista. Esse líder político desempenhou, no decorrer da sua administração e vida pública, uma brilhante atuação junto às massas.

Exibia um carisma que poderia provocar querela nos mais renomados e afortunados políticos da classe dominante. Não obstante, ao fazer das alianças uma espécie de trampolim para a chegada ao poder, torna-se em um dos principais instrumentos da democracia populista, provando, desse modo, a lógica da teoria política em que se observa que a dependência gera manipulação.

Nesse contexto, vale conferir, novamente, Otávio Ianni, visto que ao analisar o papel da esquerda brasileira, e nesse caso, podemos inserir Djalma Maranhão como

⁷⁹ Id. *ibid.*, p. 48.

⁸⁰ OLIVEIRA, Francisco de., *op. cit.*, p. 94.

populista de esquerda, o mesmo conclui: *[a esquerda brasileira] não foi capaz de transformar a política de massas numa política de classes*⁸¹.

Objetivando reforçar o entendimento desse fenômeno político _ o populismo, denominado por Ianni como um movimento político, podemos salientar que embora a política de massas tenha funcionado como uma técnica de organização, controle e utilização da força política das classes assalariadas, particularmente o proletariado, também é certo que *esses movimentos de massas e as lideranças carismáticas galvanizavam o povo além dos programas formais, reforçando, assim, a tese de que esses programas só[ganhavam] sentido quando identificados com uma pessoa, isto é, um líder*⁸².

No estado do Rio Grande do Norte, durante o período das eleições de 1960, tornou-se notório a fusão entre duas forças populistas e antagônicas que aglutinadas galvanizavam o povo na luta pelo poder. Uma era personificada na liderança carismática de Djalma Maranhão, político de esquerda de linha nacionalista com, paradoxalmente, Aluizio Alves. Desta última liderança, escreve Germano:

*(...)embora atrelada a setores oligárquicos específicos, propunha um rompimento com as práticas 'tradicionais' de fazer política e de exercer o poder. Isto ocorria em virtude dessa liderança representar, nesse momento, os interesses da industrialização e, portanto, da burguesia(...)*⁸³.

Nesse sentido, sendo Aluizio Alves originariamente vinculado aos setores oligárquicos representou, por essa ocasião, nas eleições de 1960 essa força modernizadora, *essa nova mentalidade nordestina*⁸⁴.

É importante notar que desta articulação política apresentaram-se esses líderes, como legítimos representantes dos interesses populares com uma ressalva, enquanto o populismo de Aluizio Alves era o resultado da penetração do Estado nacional burguês, tendo, portanto, um caráter liberal, o de Djalma Maranhão estava mais vinculado ao nacionalismo econômico ou popular. Não obstante, nesse "intervalo eleitoral"(as eleições de 1960), Aluizio Alves, mediante apoio de movimentos populares e de partidos de esquerda, ambos de orientação nacionalista, irá representar o inverso da posição udenista, onde sempre fora ligado e portanto compactuante ativo com as idéias do partido até a sua cisão.

Como resultado, Aluizio Alves teve na candidatura de Djalma à prefeitura um apoio fundamental. Na verdade afirma José Ayrton de Lima:

⁸¹ IANNI, Octávio. O colapso do Populismo no Brasil. Rio de Janeiro. Civilização Brasileira, 1978, p. 83.

⁸² Id. *ibid.*, p. 61.

⁸³ GERMANO, José Willington., *op. cit.*, p. 48.

⁸⁴ COHN, Amélia., *op. cit.*, p. 93.

*A candidatura de Djalma Maranhão à prefeitura de Natal, serviu para popularizar mais a candidatura de Aluizio Alves. Assim, ele teve que apoiar o nacionalismo, a fim de que os adeptos da candidatura de Djalma Maranhão viessem também a apoiá-lo*⁸⁵.

Dessa forma, Djalma Maranhão, liderando as forças de esquerda e as forças nacionalistas, foi uma “peça-chave”, no que se refere a campanha de Aluizio na capital. Desfilando pela cidade, o candidato da esperança era identificado também como nacionalista.

A respeito dos partidos e grupos políticos que apoiaram Aluizio, afirma o jornalista Raimundo Ubirajara Macedo:

*(...)Formou-se uma aliança política. Era uma aliança popular... Era o PTB, parte da UDN, que ficou dividida porque Aluizio Alves pertencia à UDN. Então, ele cindiu a UDN aqui no Rio Grande do Norte. E foi candidato com apoio das forças nacionalistas que eram lideradas por Djalma Maranhão que tornar-se prefeito também nessa mesma eleição... o PTB, que era dirigido por Clóvis Mota, o PSD, e outros partidos de esquerda menores, como o PTN... Até o próprio Partido Comunista Brasileiro, que estava na ilegalidade... Mas, mesmo na ilegalidade, apoiou a candidatura do Sr. Aluizio Alves. Enfim, essa candidatura teve o apoio das forças de esquerda, todas elas lideradas ou influenciadas por Djalma Maranhão*⁸⁶.

Vale destacar que, em Natal, todos os candidatos a cargos executivos mais votados, de presidente da república a vice-prefeito, foram os candidatos apoiados por Djalma Maranhão, revelando desta maneira a força popular do então prefeito eleito da capital⁸⁷.

Assim sendo, criou-se, a partir desse contexto, as condições históricas para a implementação de um modelo populista no Rio Grande do Norte. Em primeiro lugar, *porque o estado vivia o início do processo de urbanização e industrialização*⁸⁸.

É preciso relatar que houve um considerável crescimento do setor industrial a partir de 1960. Nesse ínterim, a queda do setor agropecuário foi absorvida em grande parte pelo crescimento do setor de serviços. Não obstante, o industrial ainda não ocupava uma posição bastante significativa.

No interior desse quadro houve também um importante crescimento urbano, principalmente nacional na capital, segundo assinala Moacyr de Góes: *Entre 1940 e 1950, Natal tivera um incremento populacional de 88,22%(de 54.386 para 103.215 habitantes), tornando-se, mediante dados do IBGE, a capital que mais crescera no período.*

⁸⁵ LIMA, José Ayrton de., Ideologia Política do rádio norte-riograndense. Natal:(COORJONAT), 1985, p. 53.

⁸⁶ MACEDO, Raimundo Ubirajara de., Entrevista concedida a ALONSO IN: op. cit., p. 96.

⁸⁷ A esse respeito, veja-se: GÓES, Moacyr de., op. cit., p. 33.

⁸⁸ GÓES, Moacyr de., op. cit., p. 20.

Em segundo lugar, porque, para levar a cabo esse modelo populista, Aluizio teve de contar com o apoio dos sindicatos rurais e de grupos de esquerda nacionalista, o que colocava em cheque o domínio oligárquico. Criando então um pacto populista, em que representava os interesses da industrialização e do nacionalismo, Aluizio Alves saiu vitorioso das eleições de 1960. Malgrado a sua vitória, ele foi, pouco a pouco, rompendo esse pacto com os grupos nacionalistas que o tinham apoiado(...). Como se vê, esses sindicatos(agregados em meio ao novo espaço urbano-industrial e cuja maioria era de cunho nacionalista) foram decisivos no apoio a candidatura de Aluizio. Entretanto, durante o seu governo, os mesmos também foram responsáveis pelas mais significativas greves do período.

Mediante tais considerações, torna-se mais fácil investir na questão do conceito popular x populista inicialmente enfocado visto que Djalma Maranhão foi, indiscutivelmente, um líder populista de esquerda e, enquanto líder populista utilizou-se de hábitos populares, "tornando-se agradável ao povo", exercendo, desta feita, de uma liderança popular.

Nesse sentido, enquanto líder populista apresentou, Djalma Maranhão, certas similaridades com alguns líderes também populistas, conferindo, assim, a existência de algumas características majoritárias ressaltadas por Francisco Weffort. Segundo ele:

*O líder populista não tem [de modo geral] o menor compromisso com qualquer estrutura partidária(...), seu estilo é carismático. Usa os partidos, basicamente, como legenda ou como aliado eventual. (...)Não existe lugar de destaque para as ideologias(...)*⁸⁹.

Não obstante, é a existência de suas peculiaridades que conferem, indubitavelmente, a diversidade comportamental desses líderes. Como se vê, Weffort destaca: *Esse estilo de governo e de comportamento político é essencialmente ambíguo e, por certo, deve muito à amigüidade pessoal desses políticos divididos entre o amor ao povo e o amor ao poder*⁹⁰.

⁸⁹ WEFFORT, Francisco. Op. cit., p. 57.

⁹⁰ Id. ibid., p. 62.

3.0 - A CRISE E O DECLÍNIO DO POPULISMO

No processo da elaboração sobre as condições históricas em que se geram o populismo, podemos constatar que o movimento de 1930 foi basicamente uma alteração da estrutura do poder operada "de cima", antecipando-se às massas populares e nesse viés a própria participação destas últimas em meio a este processo, se fará também de cima para baixo.

Sendo assim, a participação das massas no período posterior às oligarquias ocorrerá sempre sob tutela de alguns representantes da classe dominante. Evidentemente, com exceção de alguns casos especiais, em particular nos últimos anos do governo Goulart, tornar-se-á difícil assegurar que as massas populares tenham conseguido participar do processo político com um mínimo de autonomia. Por essa razão, não podemos negar que *a emergência política das massas, no período posterior a 1930, se deu de forma condicionada*⁹¹.

É no interior desse quadro político, *mediante condições de compromisso e de instabilidade que têm sua gênese algumas das características mais notórias da política brasileira nessa etapa*⁹². Nela, podemos destacar como componente fundamental do populismo_ *a personificação do poder, a imagem(meio real e meio mística) da soberania do Estado sobre o conjunto da sociedade e a necessidade da participação das massas populares urbanas*⁹³.

Dentro dessa nova estrutura política, o chefe do Estado assume a posição de árbitro e aí reside uma das raízes de sua força pessoal. Portanto:

*O chefe do Estado passará a atuar como árbitro dentro de uma situação de compromisso que, inicialmente formada pelos interesses dominantes, deverá contar agora com um novo parceiro _ as massas populares urbanas e a representação "das massas nesse jogo estará controlada pelo próprio chefe do Estado"*⁹⁴.

Importa assinalar que *uma das raízes da incapacidade de manipulação dos grupos dominantes sobre as massas está na sua própria debilidade como classe, na sua divisão interna e na sua incapacidade de assumir, em seu próprio nome, as responsabilidades do Estado*⁹⁵.

⁹¹ WEFFORT, Francisco., op. cit., p. 63.

⁹² Id. ibid., p. 69.

⁹³ Id. ibid., p. 69.

⁹⁴ Id. ibid., pp. 70-1.

⁹⁵ Id. ibid., p. 71.

Nesse sentido, mediante a incapacidade desses grupos de legitimar a dominação que exercem sobre as massas necessitarão, por esta razão de recorrer a intermediários. Inicialmente a Vargas e depois aos líderes populistas da etapa democrática. Tais líderes estabelecerão alianças com os setores urbanos das classes dominadas.

Partindo desse pressuposto, evidencia-se, assim, uma das **limitações decisivas do populismo**. Nesse enfoque específico, cumpre ressaltar que a eficácia do líder populista nas funções de governo dependerá da margem de compromisso que ocasionalmente exista entre os grupos dominantes, como também, de sua habilidade pessoal em superar, enquanto árbitro, os enfrentamentos e, ao mesmo tempo, encarnar a imagem da soberania do Estado mediante as forças sociais em conflito.

Outro aspecto interessante é que *do lado das massas populares, a manipulação populista estará sempre limitada pela pressão que espontaneamente estas podem realizar e pelo nível crescente de suas reivindicações*⁹⁶.

Desse modo, convém lembrar que o populismo, embora tenha sido uma manipulação de massas, também é certo que esta manipulação nunca foi absoluta. Nesse sentido, mesmo considerando que o populismo tenha sido um modo determinado e concreto de manipulação das classes populares, ele foi, ao mesmo tempo, um dos mecanismos através dos quais as classes populares expressavam as suas insatisfações, colocando em "xeque", o domínio exercido pelos grupos dominantes.

Sendo assim, *a noção de manipulação, tanto quanto a de passividade, têm que ser relativizado, concretizada historicamente*⁹⁷, para que possamos entender o significado intrínseco do populismo, haja vista que foi a própria incapacidade de auto-representação dos grupos dominantes e sua divisão interna que tornaram possível a instauração de um regime político centrado no poder do Presidente.

Mediante tais pressupostos, a imagem, se não o conceito mais adequado para compreendermos as relações entre as massas urbanas e determinados grupos representados no estado é a de **uma aliança (tácita) entre setores de diferentes classes sociais** _ [ou seja, um pacto político], conforme observa Weffort: *A aliança na qual evidentemente a hegemonia se encontra sempre com os interesses vinculados às classes dominantes, mas impossível de realizar-se sem o atendimento de algumas aspirações básicas das classes populares(...)*⁹⁸.

⁹⁶ Id. *ibid.*, p. 71.

⁹⁷ Id. *ibid.*, p. 75.

⁹⁸ Id. *ibid.*, p. 75.

Concomitante a esse aspecto político, constata-se que a nível econômico, nos idos de 1954, é total o antagonismo existente entre os grupos que desejam o desenvolvimento internacionalizado e os que pretendem acelerar o desenvolvimento econômico independente. Esse período assinala a época *em que se impunha o aprofundamento das rupturas com os setores externos e com a sociedade tradicional(...)*⁹⁹.

A deposição e o suicídio de Getúlio Vargas serve de elemento para revelar o resultado dessas divergências político-econômicas, ao mesmo tempo em que mostra, de forma expressiva, que tanto sua morte como a carta testamento(documento) *assinalam o ápice do período histórico configurado na democracia populista*¹⁰⁰.

Convém destacar, segundo observação de alguns estudiosos da vida política, que a morte de Vargas irá adiar por dez anos o Golpe Militar. No interior dessa compreensão Ianni¹⁰¹ declara que *o governo Juscelino K. de Oliveira[será] um desdobramento singular dos componentes políticos e econômicos implicados na crise que liquidou o governo de Getúlio Vargas e, posteriormente, acrescenta, (...) não foi possível instalar uma ditadura para liquidar com a democracia populista de uma vez.*

Para assegurar sua sobrevivência no poder, o governo de Juscelino K. de oliveira foi obrigado a conciliar:

*manteve e apoiou-se na política de massa, mas realizou um programa de desenvolvimento econômico baseado na internacionalização dos novos investimentos, criando, assim, um perfil paradoxal, visto que combinou o esquema de sustentação política criado com o modelo getuliano(portanto, de desenvolvimento econômico nacionalista) e uma política econômica voltada para a internacionalização*¹⁰².

Diante de tais considerações Ianni observa que: *os estilos populistas do governo de Jânio Quadros e trabalhista de João Goulart, não foram senão uma face da moeda*¹⁰³. Segundo ele, a outra face estava desfeita, visto não terem *habilidade para restaurar o modelo getuliano em sua integridade*¹⁰⁴. Embora o mesmo reconheceu, fizeram esforços para isso. Nesse contexto, vale lembrar o Plano Trienal. Este plano que deveria ser executado entre 1963 e 1965 tinha por intenção investir na tentativa de recuperar a dimensão econômica do padrão getuliano de desenvolvimento.

No entanto, não podemos desconsiderar que este plano, durante sua implantação teve, inicialmente, uma conotação bastante impopular que só começou a mudar

⁹⁹ IANNI, Octávio. O colapso do Populismo no Brasil. Rio de Janeiro. Civilização Brasileira, 1978, p. 53.

¹⁰⁰ Id. ibid., p. 61.

¹⁰¹ Id. ibid., p. 62.

¹⁰² Id. ibid., p. 65.

¹⁰³ Id. ibid., p. 63(Grifo nosso).

em meados de 1963, quando João Goulart lança um grande reajuste do salário mínimo, *restabelecendo, desse modo, a paz com os trabalhadores*. Em contrapartida:

(...) a comunidade dos interesses dominantes sentia-se ameaçada pela ação de setores da burguesia industrial que caminhavam em direção a uma reformulação do pacto populista, tendo de enfrentar a crescente autonomia relativa do executivo-nacional _ reformista apoiado por seu bloco popular trabalhista¹⁰⁵.

Mediante este quadro é importante destacar que no Brasil o quadro político desse período era de grande efervescência econômico-social. A inflação aumentava de forma galopante e havia um arrocho da liquidez monetária, isto é, falta de dinheiro no mercado. Em todas as indústrias ocorria queda nas vendas, aumento de estoques, redução de encomendas, início de desemprego e paralisação dos investimentos. A recessão se aprofundava e com ela as manifestações populares. Assistia-se a saques a armazéns, supermercados, lojas e outros estabelecimentos. Ocorriam greves trabalhistas em vários setores da sociedade.

Em meio a essa crise, os nacionalistas e as forças de esquerda apontavam como responsáveis pelas dificuldades econômicas do país e do povo a *exploração imperialista*¹⁰⁶.

No final de 1963, apoiado nos nacionalista e forças de esquerda, João Goulart lança um conjunto de medidas chamadas Reformas de Base(nela incluía-se a reforma agrária, a reforma tributária, a reforma educacional e etc.), acreditando que, desta maneira, poderia tirar o país da "bancarrota"(devido as dificuldades econômicas).

No interior desse processo, as ameaças das forças direitistas da UDN e parcela das forças militares intensificavam as conspirações para depor o governo de João Goulart e ao mesmo tempo, tornavam evidentes as suas posições no sentido de jamais aprovares as reformas propostas. Essa situação leva Goulart a seguir o Conselho dos setores esquerdistas mediante a seguinte sugestão _ apelar diretamente para o povo.

Inicia-se a partir daí uma série de comícios no país em que, através deles, Goulart pretendia ganhar sustentação política e pressionar o Congresso a aprovar as Reformas de Base.

¹⁰⁴ Id *ibid.*, p. 63

¹⁰⁵ DREIFUSS, René Armando., *op. cit.*, p. 145.

¹⁰⁶ A esse respeito, veja-se SADER, Eder. GARCIA, M. Aurélio. *Do Populismo ao Militarismo*. IN: SADER, Eder. *Um Rumor de Botas: (Ensaio sobre a militarização do Estado na América Latina)*. São Paulo: Editora Polis, 1982(Coleção Teoria e História nº 11).

No entanto, o que se assistiu no Brasil e, nesse contexto, torna-se veementemente importante ser destacado é que a mobilização para o comício do dia 13 de março de 1964 _ pelas reformas de base em oposição às tendências de condições políticas para uma ruptura que não se realizou. Desse modo, esse comício representou *o clímax e o fim da política de massas*¹⁰⁷, como técnica de sustentação do poder político e enquanto expressão fundamental da democracia populista.

Constata-se mediante esse quadro que a crise econômica e a democracia populista se revelaram incompatíveis. Sendo assim, a solução política encontrada para a crise resultará, mais uma vez, da dependência estrutural. Nesse sentido, forças políticas "latentes" assumirão primazia sobre aqueles predominantemente anteriores. Surge assim, no primeiro instante, o poder militar. Porém, uma das principais bases de manobra será a classe média. A *Marcha da Família com Deus, pela liberdade*¹⁰⁸ é um bom exemplo. Embora seja este movimento uma manifestação reacionária, ele foi largamente apoiado na classe média.

Importa assinalar que tais objetivos foram alcançados por meio de uma operação político-militar organizada para combater o "comunismo" e a "corrupção", envolvendo, ao mesmo tempo, os interesses econômicos e os processos políticos em jogo.

Nesse enfoque específico, cumpre ressaltar que as classes médias ambicionam a ascensão social a qualquer preço, visto que, segundo Ianni, *o seu universo cultural e mental está impregnado dos valores e padrões da classe dominante, os quais se difundem nos programas de televisão e cinema, nas revistas e jornais*¹⁰⁹. Dentro dessa ótica, enxergam nas lutas e reivindicações do proletariado um perigo para suas ambições sentindo-se, dessa maneira, atemorizados pelas massas operárias. Como consequência, apegam-se mais facilmente as soluções autoritárias, tornando-se, desse modo, **presas fáceis**.

Em meio a este cenário, surge o poder militar como fator do poder civil, estendendo-se, nesse contexto, como produto das revelações de classe.

Para fomentar essa discussão é importante destacar que o afloramento das inquietações políticas dos setores civis e militares, que acabaram por levar a derrubada do Governo de Jango, teve como ponto de partida uma construção ideológica (construindo-se a idéia) da qual se dizia ser o seu governo 'subversivo', evidenciando, assim, que a queda de João Goulart do poder estava inspirada na interpretação de que o país, nessa ocasião, estava sendo campo de uma verdadeira guerra revolucionária. Nesse sentido, Ianni assinala: *as*

¹⁰⁷ IANNI, Octávio. O Colapso do Populismo no Brasil. Rio de Janeiro. Civilização Brasileira, 1978, p. 107.

¹⁰⁸ A esse respeito, veja-se: IANNI, Octávio. Id. *ibid.*, p. 110-12.

¹⁰⁹ Id. *ibid.*, p. 115.

*relações do Presidente Goulart com o sistema sindical e os grupos nacionalistas e de esquerda eram encaradas como manifestações claras de um programa subversivo*¹¹⁰.

Em plano "lato", o golpe representou uma restauração dos círculos externos e internos que se estavam rompendo desde a Primeira Grande Guerra e, especialmente, no período getuliano(entre 1930 e 1954). Ele é, na verdade, *o fecho do longo processo de transição do Brasil da esfera da libra esterlina para a esfera do dólar*¹¹¹.

Diante disso, ele só pode ser considerado a partir de uma sucessão de acontecimentos, e neles há de se reconhecer que, a nível econômico, já havia encerrado, no Brasil, o ciclo de industrialização baseado na substituição de importações.

Como se vê, o padrão getuliano, como modelo de desenvolvimento econômico nacionalista apoiado amplamente em bases populares e implicando numa política externa independente, havia entrado numa encruzilhada. Sendo assim, percebe-se que a forma pela qual estava ocorrendo a ruptura política-econômica, que fundamentava a transição da sociedade agrária para uma sociedade urbano-industrial, era, nesse momento, incompatível com os interesses externos.

Nesse enfoque, o Golpe de 64 destinou-se a conferir uma nova direção ao processo histórico nacional.

3.1 - A Crise e a Queda do Populismo no Rio Grande do Norte

A situação política do Nordeste, principalmente a organização dos trabalhadores rurais através das Ligas Camponesas preocupava, excessivamente, o Governo norte-americano. Assim sendo, se considerando esses aspectos, toma-se mais fácil compreendermos o empenho dispensado pelos Estados Unidos da América(EUA), no que diz respeito ao grande apoio e fortalecimento atribuído aos políticos "receptivos", ou seja, "favoráveis ao progresso", contudo, conservadores o suficiente *para não representar um perigo potencial de evolução para a esquerda*, evitando, desse modo, a possibilidade de um episódio, no Brasil semelhante ao de Cuba, qual seja _ a Revolução de 1959. Tal medida tinha como objetivo precípua conter e/ou derrotar a ameaça comunista.

Dentro dessa perspectiva, Aluizio Alves por preencher esse "perfil receptivo" não apresentou dificuldades em receber o apoio da Aliança para o Progresso,

¹¹⁰ IANNI, Octávio. O colapso do Populismo no Brasil. Rio de Janeiro Civilização Brasileira, 1978. p. 121.

¹¹¹ Id. *ibid.*, p. 128.

abrindo, assim, as portas do Estado para os norte-americanos via programas implementados pela USAID¹¹².

Partindo dessas proposições, podemos asseverar que se inicia, a partir daí, a crise do populismo no estado do Rio Grande do Norte, visto que ficou evidenciada uma clara divergência ideológica entre Aluizio Alves e Djama Maranhão. Tal desacordo surgiu a partir do momento em que Aluizio, na condição de governador do estado e objetivando viabilizar o seu ambicioso programa governamental irá buscar financiamento para suas obras na Aliança para o Progresso, contrariando, assim, os preceitos nacionalistas e antiimperialistas do prefeito Djalma Maranhão.

O desfecho desse “comprometimento estratégico” de Aluizio resultará em uma perda, nada surpreendente, do seu antigo aliado na campanha de 1960, Djalma Maranhão que, *por sua postura nacionalista discordava da colaboração com Washington posto em prática pelo governo do Estado*¹¹³. Entretanto, o rompimento definitivo ocorrerá por ocasião das eleições de 1962, quando então, Aluizio Alves, negará apoio a candidatura de Maranhão para o Senado.

Cumprе ressaltar que os recursos obtidos da Aliança para o progresso eram, a princípio destinados a projetos que deveriam ser desenvolvidos nas seguintes áreas: agricultura, casas populares, pecuária, abastecimento de águas, saúde e educação. Desses recursos, parte deles foi designado para o item referente a alfabetização de adultos em que, com este suporte financeiro, foi desenvolvida a famosa experiência de Paulo Freire no estado, principalmente em Angicos.

Não obstante, é importante ressaltar que, na realidade, esta meta nem de longe foi alcançada, haja vista o “risco” corrente da politização e conscientização que advinha do processo de alfabetização relativo ao método incrementado pelo professor pernambucano. Sendo assim, segundo o governador do estado e o subcoordenador dos Esforços dos Estados na Aliança para o Progresso, míster S.J. Gionfrido, estas foram as razões justificáveis para ambos redefinirem suas posições.

Mediante tais considerações, o programa de alfabetização teve vida curta, resumindo suas experiências somente nas cidades de Angicos e Natal, ambos no ano de 1963.

Dentro desse quadro, podemos perceber que os cortes de recursos praticado aos programas, como forma de enfraquecê-lo, conferem, dessa maneira, a existência de evidentes represálias por parte do estado. Assim sendo, as restrições ocorreram tanto a nível

¹¹² A esse respeito, veja-se: GERMANO, José Willington., op. cit. p. 58-9.

¹¹³ GERMANO, José Willington., op. cit., p. 59.

da United States Agency for International Development (USAID), que retirou o apoio ao projeto devido à 'inadequação dos procedimentos didáticos' _ como razão oficial _ mas na verdade porque passara a encarar o método como uma 'fábrica de revoluções'¹¹⁴, como também do Serviço Cooperativo da Educação do Rio Grande do Norte (SECERN), órgão executor que passou a sofrer uma série de intervenções em sua ação administrativa.

Em virtude da clara divergência política entre facções do governo teve-se assim como resultado, o expurgo da facção dita modernizadora e progressista em detrimento da facção mais conservadora.

Verifica-se, desse modo, que após o rompimento com os grupos nacionalistas que o tinham apoiado, exemplificando, Djalma Maranhão, o então governador reelaborou as práticas políticas da oligarquia de onde se havia originado, promovendo, assim, segundo Germano, uma *combinação de práticas 'modernizantes', com práticas 'clientelística' conservadoras e repressivas na direção do aparelho do Estado*¹¹⁵.

Assim sendo, rompendo com o nacionalismo, Aluizio Alves explicitou sua posição a esta vertente, ao dizer:

*Nós, no Rio Grande do Norte, nos colocamos inteiramente ao lado da transformação. Não temos compromissos com o passado nem com suas estruturas tradicionais inadequadas. O nosso nacionalismo é pragmático e se desprende de qualquer sentido ideológico, não é antes coisa alguma. Nem anti-capitalista, nem anti-socialista*¹¹⁶.

Desde o início do envolvimento de seu governo com os programas de ajuda americana, Aluizio Alves¹¹⁷ tinha perfeita ciência com o que estava se envolvendo. Para ele estavam evidentes os interesses americanos de frear aquilo que apregoou-se na época _ o perigo comunista, mostrando, com isso, estarem em perfeita sintonia.

Por essa razão, embora a nível nacional, Aluizio tenha se declarado de "esquerda positiva" ou seja, favorável às reformas de base do governo João Goulart, não obstante, logo aderiu ao Golpe Militar de 1964, que depôs o então presidente.

No tocante ao RN a realidade era bem diferente, visto que a nível estadual, ao contrário do que ocorria a nível nacional, Aluizio não conseguiu manter a menor relação de cordialidade com os grupos nacionalistas locais, haja vista a estreita ligação de seu governo com os Estados Unidos que culminou com o já referido expurgo desses grupos.

¹¹⁴ GERMANO, José Willinton., op. cit. p. 60.

¹¹⁵ GERMANO, José Willinton., op. cit., p. 60.

¹¹⁶ Tribuna do NORTE, 30/07/1963.

¹¹⁷ A esse respeito de Aluizio Alves, veja-se: SILVA, Carlos Eduardo Lins da. Em busca do voto Perdido. Natal: Coojornat, 1982.

Nesse contexto, ao romper com os movimentos populares nacionalistas que o tinham apoiado, o mesmo não podia mais ser identificado como porta-voz destes grupos. Ao contrário, nesse momento, Aluizio Alves retomou às velhas práticas conservadoras que tanto tinha condenado durante a campanha eleitoral, reativando, desse modo, as suas origens políticas com a UDN, ao mesmo tempo em que sua administração se tornou, a partir daí, dura no que se refere à perseguição e repressão aos movimentos reivindicatórios e às manifestações coletivas.

O período final do seu governo será marcado pelo seu alinhamento com o novo sistema político, instaurado no país após o golpe de 1964. Sendo assim, a partir de abril de 1964 a janeiro de 1966, Aluizio irá mudar radicalmente o perfil de sua administração para adequá-la às novas condições políticas estabelecidas _ no Brasil, rompendo, assim, as feições populistas que havia assumido durante a campanha eleitoral de 1960 e no início de seu governo.

Com respeito ao perfil de Djalma Maranhão, reservamos o último subtítulo para este fim, visto que no desenrolar deste trabalho apontamos o mesmo como um líder populista de esquerda, abrindo, desse modo, um leque maior de discussões.

4.0 - O GOLPE DE 1964: Algumas Reflexões sobre a Política Potiguar

No Rio Grande do Norte como em outras partes do país, o movimento militar de 1964 desencadeou uma ação rápida e fulminante, não oferecendo condições de resistência. O que serve de **termômetro** para identificar o baixo nível organizativo dos setores populares, ao mesmo tempo que mostrava também o otimismo que varria o país de Norte a Sul, conforme assinala Moacyr de Góes: [era muito corrente na época uma expressão que dizia] _ (...) *no Brasil não há clima para golpes porque a história é irreversível*¹¹⁸. Ledo engano. O golpe militar aconteceu para surpresa dos progressistas, acabando, por assim dizer, com seus sonhos.

Na verdade, não ficou expressivo a nível nacional nenhuma tentativa concreta de resistência popular. Em Natal, as Forças Armadas trataram logo de ocupar, na manhã do dia 1º de abril, os principais pontos da cidade, cercando alguns sindicatos e assumindo diversas medidas repressivas.

É importante destacar que, enquanto o governo do estado aprovava o movimento militar, lançando, inclusive, uma nota oficial de apoio, divulgada na noite do dia 1º de abril e sendo publicada nos jornais do dia seguinte, o prefeito de Natal reagiu, dando a conhecer sua posição contrária ao movimento militar, ao mesmo tempo em que *comunicava a instalação do Q.G. da legalidade e da Resistência na Prefeitura, considerando o povo a permanecer em estado de alerta(...)*¹¹⁹.

No entanto, o Q. G. foi desfeito pelas próprias forças militares que penetraram no edifício da prefeitura. A dissolução do Q. G. da Legalidade e da Resistência representou o primeiro ato no processo de deposição do prefeito e do vice-prefeito de Natal.

A reação ao golpe praticamente não existiu e o que se assiste a partir dele é o início de uma nova fase na história política do país.

4.1 – Aluizio Alves e sua Trajetória Política pós Golpe-64.

Cumprе ressaltar que o comportamento de Aluizio Alves com relação à resistência foi de total alienação. Ao contrário, o mesmo aderiu ao golpe de estado de maneira

¹¹⁸ Apud. GERMANO, José Willington., op. cit., p. 149.

¹¹⁹ GERMANO, José Willington., op. cit., p. 151.

solícita e disposto a servi-lo, mantendo-se, disse modo, em sintonia com a nova ordem política instaurada no país e que registrou o seu governo até o término do mandato, que se deu em 31 de janeiro de 1966. Após a gestão de governador, Aluizio Alves indicou como seu sucessor o Monsenhor Walfredo Gurgel, **seu vice-governador em mandato anterior** e eleito senador em 1962 com seu apoio. Em 1965, com 53,8% dos votos válidos, Walfredo Gurgel vence as eleições, derrotando o também Senador Dinarte Mariz.

Com o golpe militar, ocorreram no país os amargos Atos Institucionais¹²⁰, entre eles, o AI-2, responsável pela extinção dos partidos políticos existentes. Sendo assim, Aluizio Alves filiou-se ao partido do governo: a Aliança Renovadora Nacional (ARENA). Em 1966 lançou-se candidato a Deputado Federal, obtendo *quase 60.000 votos num eleitorado de pouco menos de 300.000 pessoas*¹²¹. Em 1973 o processo será arquivado e Aluizio Alves restabelecerá, novamente, seus direitos políticos.

É importante destacar que durante o afastamento de Aluizio do poder, Dinarte Mariz recupera, conseqüentemente, o seu prestígio político, ao mesmo tempo em que desempenhou papel importante no que se refere a cassação de seu adversário.

Em meio a essa conjuntura, Aluizio estava alojado no Movimento Democrático Brasileiro (MDB) desde o início de sua cassação, transferindo, assim, todo o seu esquema político. Com a nova Lei da Reforma Partidária, em 1979, extingui-se no país a ARENA e o MDB. A partir daí criam-se novos partidos políticos. Nessa ocasião, Aluizio ingressa no Partido Popular (PP) e nele torna-se, posteriormente, vice-presidente nacional. Em 1982 lançou-se candidato para governador nas eleições estaduais do Rio Grande do Norte pelo Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB). No entanto é derrotado por José Agripino Maia do Partido Democrático Social (PDS).

Mesmo não retornando até hoje ao governo do estado, o mesmo é considerado por muitos como o principal "cacique" do cenário político do Rio Grande do Norte.



¹²⁰ A respeito dos Atos institucionais, veja-se: ALVES, Maria Helena Moreira. Estado e Oposição no Brasil (1964-1984), pp. 80-95.

¹²¹ SILVA, Carlos Eduardo Lins da., op. cit., p. 25.

4.2 - Djalma Maranhão Uma Análise do Líder

Numa tentativa de contribuirmos para a formação de uma nova produção científica achamos necessário discutir, criticamente, a questão do conceito, enfocando a complexidade de elementos existentes e estigmatizados em seu interior. Assim sendo, descrevemos a ascensão do populismo enquanto resultado de um fenômeno político que deu certo em um dado momento historicamente determinado e conforme assinalou Ianni: *essa política de massas foi burguesa e esquerdista.*

A partir dessa compreensão, nosso trabalho procura preencher as lacunas existentes na historiografia regional sobre o conceito e corrigir algumas distorções acerca da análise de alguns autores que vêem em atores políticos envolvidos diretamente na estrutura sócio-política em questão, exemplificando, Djalma Maranhão, a performance de um líder popular em detrimento do líder populista, criando, desse modo, uma visão maniqueísta entre **O Bem e o Mal.**

É importante destacar que este trabalho tem como objetivo precípua identificar a identidade política de Djalma Maranhão e a razão dos inevitáveis percalços decorridos em sua vida pública.

Neste sentido, tentaremos polemizar uma discussão através da construção de uma problemática que coloca em evidência os supostos equívocos cometidos por alguns estudiosos que acabam por apontar Djalma Maranhão como líder popular, rechaçando, desse modo, o nome populista.

Tais definições parece-nos supostamente, à primeira vista, uma confusão de conceitos. Sendo assim, se esboçarmos a vida de Djalma Maranhão, evidentemente a partir de uma visão superficial dos fatos, compreendendo desde sua inserção no cenário político do estado e sua trajetória na vida pública até o golpe de 1964, que provocou sua inevitável deposição, poderemos incorrer no erro de uma ótica pragmática, visto que, ao elaborarmos um rápido traçado sobre o mesmo, constataremos o seguinte: *Djalma Maranhão foi um antigo militante do Partido Comunista e participe ativo da Rebelião de 35, celebrado pelo nome de **Intentona Comunista**, onde, na ocasião, ele era cabo do Exército*¹²².

¹²² A esse respeito, veja-se: GERMANO, José Willington., op. cit., p. 67.

Em 1956 é nomeado prefeito de Natal (nesse período, o município não tinha ainda autonomia administrativa), quando ficou conhecido como o *prefeito do subúrbio por ter dispensado uma especial atenção à solução dos problemas da periferia*¹²³.

Como candidato a prefeitura de Natal, identificava-se com a causa popular em que, segundo a Folha da Tarde, apresentava-se, enquanto ... *candidatura eminentemente popular, sem ligações esquivas com grupos políticos ou econômicos, sua força repousava na força do povo*¹²⁴.

Exibia o perfil do nacionalista de esquerda, favorável à reforma agrária, à nacionalização dos setores produtivos fundamentais, contra o imperialismo, etc., conforme mostra o periódico da Folha da Tarde, publicado dias antes das eleições de 1960:

*Como administrador marcou o seu governo na prefeitura com um trabalho em favor da coletividade e do bem comum(...). Chamado o "Prefeito do Subúrbio", foi um administrador que teve as suas vistas voltadas para o centro urbano igualmente(...). Como político, defendendo as idéias básicas da doutrina nacionalista, que prega antes de mais nada a emancipação econômica do país, a valorização do trabalho, o respeito à dignidade da pessoa humana e às liberdades democráticas*¹²⁵.

Eleito pelo voto popular, tornou-se o primeiro prefeito do município de Natal nas eleições de 1960, obtendo uma vitória expressiva¹²⁶.

Como prefeito, lançou um programa educacional inusitado em Natal com características de vanguarda, denominado **De Pé no Chão Também se Aprende a Ler**, rompendo com a metodologia convencional existente¹²⁷.

Mediante a ameaça do Golpe liderado pelo Movimento militar de 64, Djalma Maranhão reagiu e, enquanto prefeito de Natal, *dava a conhecer sua posição contrária ao movimento(...)* e comunicava a instalação do Q.G. da Legalidade e da Resistência na Prefeitura, conclamando o povo a permanecer em **estado de alerta**, no seus sindicatos, nas suas associações e mesmo nas praças e nas ruas¹²⁸.

Não obstante, o **Grande Prefeito de Natal** foi deposto e, vale salientar, sem a **esperada reação popular**. Preso e exilado em Montevideu, faleceu no dia 30 de julho de 1971¹²⁹. (Grifo nosso)

¹²³ Id. *ibid.*, pp. 67-70.

¹²⁴ Id. *ibid.*, pp. 67-70.

¹²⁵ GERMANO, José Willington., *op. cit.*, p. 74.

¹²⁶ A esse respeito, veja-se: GERMANO, José Willington., *op. cit.*, p. 83.

¹²⁷ Id. *ibid.*, p. 83.

¹²⁸ GERMANO, José Willington., *op. cit.*, p. 151.

¹²⁹ Id. *ibid.*, p. 174.

É partindo desse pressuposto que lançamos a seguinte pergunta: **Por que o Q.G. da Legalidade e da Resistência na realidade não funcionou?**

Evidentemente, Djalma Maranhão não conseguiu somar as forças necessárias para fazer frente ao Movimento golpista, pois “o povo não estava com ele”. Este fato não se deu de forma isolada, visto que dentro de um contexto histórico sócio-político não existia no Brasil uma organização concreta dos setores populares).

Esse desastroso episódio nos remete a uma importante reflexão, em que vale considerar o pensamento de Antônio Gramsci: sensível ao estudo da sociedade ele afirma: *nenhuma ação de massa é possível se a massa mesma não está convencida dos fins que deseja atingir e dos métodos a aplicar*¹³⁰.

Portanto desse entendimento, pressupomos que **identificar-se com a Causa Popular(característica inerente de Djalma Maranhão)** não é o mesmo que **trabalhar para a Causa Popular na construção da vontade coletiva**. Nesse sentido, pode ser que a resposta sobre o insucesso do Q. G. da Legalidade e da Resistência resida aí.

Sendo assim, levando em conta tal análise, atestamos que esse líder político, embora tenha apresentado uma grande identificação com a causa popular, ficou longe da apregoada figura do intelectual orgânico do proletariado, descrita por Gramsci e considerada elemento de imprescindível importância para a práxis transformadora.

Nesse sentido, tentando esclarecer essa questão, pediremos licença a Alba Pinto Carvalho para fazermos uso de um trabalho seu, desenvolvido com maestria, a partir de uma acuidade ampla e sistemática sobre o pensamento de Antônio Gramsci.

4.2.1 - Uma Reflexão Gramsciana

Sobre a questão do poder, Gramsci irá analisar o papel do intelectual orgânico do proletariado. Sendo assim, este, vinculado à classe dominada, é o intelectual que atua em oposição ao poder oficialmente constituído. Ele é capaz de responder *às exigências de conquista da hegemonia no processo de luta de classes*¹³¹.

Segundo a afirmação de Gramsci: *a transformação da classe operária em classe hegemônica dirigente, o seu tornar-se Estado, depende inteiramente da sua capacidade de desenvolver uma nova práxis política dissimétrica em relação à das classes*

¹³⁰ APUD, Carvalho, Alba Maria Pinho de. A questão da Transformação e o Trabalho Social: uma análise gramsciana., 2ª ed. São Paulo, Editora Cortez, 1986, p. 46.

¹³¹ CARVALHO, Alba Maria Pinho de., op. cit., p.81.

*dominantes(...)*¹³². É justamente a operacionalização dessa prática dissimétrica que fomenta o processo interno de organização política da classe na formação da vontade coletiva¹³³.

O intelectual orgânico do proletariado, enquanto agente político, tem como função básica *trabalhar no desenvolvimento da reforma intelectual e moral no sentido da formação da vontade coletiva enquanto força decisiva na organização política*¹³⁴. Sendo, assim, esse intelectual requer como tarefa fundamental a elaboração e difusão de uma nova concepção do mundo no enfrentamento com a burguesia dentro do processo de luta de classes.

Como se vê, trabalhar para a causa popular sugere, antes de tudo, o enfrentamento ao invés de alianças. Embora, esta última, seja um procedimento bastante comum na história política brasileira, incluindo, nesses viés, os próprios movimentos e partidos de esquerda.

Com respeito a Djalma Maranhão, vale ressaltar que este populista de esquerda também firmou alianças em detrimento do enfrentamento _ instrumento de luta do proletariado.

É importante destacar que *no exercício de sua militância política, o intelectual orgânico atua nas instituições próprias do proletariado, sobretudo no partido político enquanto espaço fundamental da classe trabalhadora na sociedade*¹³⁵.

Nesse sentido, *é enquanto membro do partido de vanguarda que o intelectual orgânico do proletariado se define como um dirigente, atuando no processo de organização de classe*¹³⁶.

Como podemos conferir, trabalhar para a práxis política de transformação da vontade coletiva exige, substancialmente, a inserção do intelectual, enquanto pessoa dirigente, ao partido de vanguarda. Ou seja, é imprescindível a sua inserção num partido ideologicamente constituído, e, não a prática do uso dissimulado de legendas sem nenhum comprometimento com o partido.

É fundamental considerar que na proposta política gramsciana, *o compromisso _ expressão de uma adesão orgânica _ implica uma prática concreta de luta, num emiscuir-se ativo e consciente na luta do proletariado, a partir, sobretudo, da militância no partido político*¹³⁷.

¹³² Apud; CARVALHO, Alba Maria Pinho de., op. cit., p.81.

¹³³ CARVALHO, Alba Maria Pinho de., op. cit., p. 81.

¹³⁴ Id. ibid., p. 83.

¹³⁵ Id. ibid., p. 84.

¹³⁶ Id. ibid., p. 84.

¹³⁷ Id. ibid., p. 86.

Mediante tais considerações, torna-se mais claro compreender o já citado fato histórico: o famigerado fracasso do Q.G. da Legalidade e da Resistência. De acordo com a seguinte problematização, para ele funcionar, seria necessário, a existência e a inserção de um intelectual orgânico do proletariado em um partido político de vanguarda, objetivando, desse modo, a construção para uma práxis política de transformação da vontade coletiva. Ou seja, *seria necessário uma reforma intelectual e moral que se expressa no surgimento de um homem novo _ o homem coletivo*¹³⁸.

Faltou a Djalma Maranhão e, nesse ínterim, vale acrescentar, aos próprios partidos de esquerda do Brasil, esta compreensão. Existe um provérbio popular que diz o seguinte:

*Não há no Universo dois Mundos;
Não há no Céu dois Senhores;
Não há Coração que resista a dois Amores.*

Para reforçar nossa compreensão, vale conferir um depoimento de Moacyr de Góes, (Cit. Secretário de Educação, Cultura e Saúde da Prefeitura de Natal durante a administração de Djalma Maranhão) por ocasião de uma greve da limpeza pública durante a administração de Djama Maranhão. (Cabe explicitar que, essa e tantas outras manifestações e mobilizações sempre estiveram bastante presentes em seu governo, levando em conta a conjuntura político-social a qual ele estava inserido).

Com relação à greve dos servidores públicos, Moacyr assinala:

Ele[Djalma Maranhão] teve uma posição que depois a gente questionou e discutiu muito(...). Ele perdeu(...) a cabeça e fez uma pressão muito grande em cima dos grevistas. E quando eu questionei sobre isso, ele me respondeu: a greve seria aceita se fosse um governo burguês, mas como eu não sou um governo burguês a greve não deveria ser aceita.

*Ora, você está incidindo num erro da história muito grave(disse Moacyr); você é um governo burguês, está vivendo numa estrutura burguesa, quer dizer, não houve uma tomada de poder pelo povo(...), a gente está dentro de um lento processo da coisa. Ai ele põe os pés na terra*¹³⁹.

Como se vê Djalma Maranhão foi um figura controvertida na história política do Estado. Por essa razão, para melhor esclarecer o seu perfil público do Estado. Por essa razão, par melhor esclarecer o seu perfil público, vale apenas conferir algumas de suas ambigüidades, contradições e desapego ideológico. Tal esforço visa substanciar e elucidar nossa problemática em questão.

¹³⁸ Id. *ibid.*, p. 46.

Nessa tentativa elaboramos, como analogia, o outro lado da história política do líder, abordando para tanto as peculiaridades que lhe foram pertinentes.

Nesse contexto, ao analisarmos a administração de Djalma Maranhão na Prefeitura de Natal, parece-nos à primeira vista, pelo vínculo popular que o distinguia, um momento de ruptura com relação aos grupos oligárquicos dominantes no estado. Esse destaque pode ser reforçado em se tratando das concepções matizadas por certos autores em respeito à figura de Djalma Maranhão, por exemplo, Willington Germano. Em seu livro intitulado *Lendo e Aprendendo*. Nele, lê-se:

(...)demonstrar como o único grupo político independente com atuação legal foi sucessivamente expurgado pelas oligarquias, até ser 'externado' pelo golpe militar(...). Este grupo era liderado por Maranhão, em cuja administração surgiu a Campanha 'De Pé no Chão também se Aprende a Ler'¹³⁹.

4.2.2 - Djalma Maranhão e os sistemas de Alianças

Ora, se formos mostrar, afinal, a origem dos grupos políticos e as articulações existentes entre eles no estado, tornar-se-á, evidente, o “pacto político” formado entre a ala de Dinarte Mariz e o Grupo de Djalma Maranhão durante a Campanha para governador do estado nas eleições de 1955, na qual Dinarte saiu vitorioso.

O saldo desse “pacto” gerou para Djalma Maranhão bons frutos, pois o mesmo foi nomeado prefeito de Natal, exercendo o cargo durante boa parte da gestão política de Dinarte Mariz no Governo estadual. Só renunciando após inevitáveis embates de natureza ideológica, visto que ambos eram originários de diferentes vertentes políticas¹⁴¹.

Outro aspecto interessante pode ser lembrado no episódio inexecutável evidenciado através de um sistema de alianças entre as forças de esquerda, alojadas no Partido Social Democrático(PTN)¹⁴².

Não obstante, é imprescindível ressaltar que este partido Partido Social Democrático(PSD) apresentava uma singular similaridade com a anterior União Democrática Nacional(UDN). Ambos eram originários do oligárquico Partido Popular(PP), composto por representantes da oligarquia algodoeira-pecuária¹⁴³.

¹³⁹ Apud; GERMANO, José Willington., op. cit., p. 96.

¹⁴⁰ GERMANO, José Willington., op. cit., p. 18.

¹⁴¹ A esse respeito, veja-se: GERMANO, José Willington., op. cit., pp. 68-70.

¹⁴² Id. ibid., p. 70.

¹⁴³ Id. ibid., pp. 18, 46.

Dessa coligação, que objetivava, antes de tudo, fazer oposição a Dinarte Mariz, revelou-se forças políticas de origens tão adversas que chegavam a ser esdrúxulas (como Aluísio Alves e Djalma Maranhão).

4.2.3 - Djalma Maranhão e a Troca de Partidos

Na trajetória política Djalma Maranhão utilizou-se de diversas legendas. Antigo militante do PC (Partido Comunista), dele foi expulso “em virtude de uma acusação de desonestidade” que fizera dos dirigentes do partido no estado, depois foi a vez do PSP, PTN e PSB.

Partindo dessa proposição, importa observar Germano sobre a trilha de partidos e filiações seguidas por Djalma Maranhão. Diz ele:

Na verdade, a inquietude e a 'desobediência' que caracterizavam o comportamento de Maranhão iriam provocar a sua expulsão de várias agremiações partidárias a que se filiou. Desse modo foi expulso do PCB por ter feito acusações à direção local do partido. Alojado no PSP, seria igualmente expulso por divergências com Ademar de Barros. Inscrito no PTN, sob cuja legenda seria eleito prefeito de Natal e, 1960, seria igualmente expulso(...). Por fim, se inscreve no Partido Socialista Brasileiro (PSB), por cuja sigla é candidato a senador nas eleições de 1962, sendo derrotado, tendo, entretanto, permanecido em seus quadros até o golpe militar de 1964, quando é deposto e preso¹⁴⁴.

Para tanto, torna-se conveniente conferir uma observação bem acertada de Francisco Weffort com respeito as lideranças populista. Segundo ele, os líderes populistas apresentavam uma característica, de modo geral, bastante comum. O partido, no essencial, dependia do seu prestígio popular e de suas posições de poder, sendo, para ele, *pouco mais que um quadro para a administração do seu poder pessoal*¹⁴⁵.

Nesse contexto, com respeito a Djalma Maranhão, Moacyr de Góes assinala: *Em termos de legenda, o PTN não existia. O que existia era uma tendência de oposição e de esquerda no eleitorado de Natal, que se aglutinava em torno de Djalma Maranhão*¹⁴⁶.

¹⁴⁴ GERMANO, José Willington. op. cit., p. 68.

¹⁴⁵ WEFFORT, Francisco., op. cit., pp. 53-57.

4.2.4 - A Campanha De Pé no Chão Também se Aprende a Ler

O grande projeto político de Djalma Maranhão de caráter educacional intitulado *_De Pé no Chão Também se Aprende a Ler* tinha como preceito, atender a meta principal de seu governo, ou seja, “educação e cultura”. Cabe salientar que Djalma Maranhão apresentou um programa com base nas reivindicações populares, visto que *sua campanha política foi amplamente apoiada na participação popular*¹⁴⁷.

[Em Natal,] *a situação educacional do município era dramática, o número de escolas públicas regredira ao longo dos anos, ao invés de aumentar*¹⁴⁸. Sendo, assim, enquanto as populações pobres se viam cada vez mais alijadas do direito de freqüentar as escolas, as elites eram premiadas com a criação da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, visto que **a universidade pública embora não seja um espaço reservado para determinadas camadas sociais da sociedades é, não obstante, um espaço restrito**. Nesse sentido, afirma Maranhão: *E os doutores foram surgindo, enquanto o ensino primário ficava relegado para segundo plano*¹⁴⁹.

Nesse contexto objetivando enfrentar o referido problema, a prefeitura procedia abandonando as soluções convencionais, cujo cunho[teórico-ideológico] do programa pode ser atestado mediante o lema da Secretaria de Educação Cultura e ‘Saúde’, *“(...) nascida da reivindicação popular(...) a Campanha de Pé no Chão é a resposta de um povo que se levanta para lutar contra a miséria, contra a espoliação(...); por uma escola brasileira, consciente, crítica e demonstrativa*¹⁵⁰.

Com vista nesses pressupostos, o movimento De pé no Chão “avança[va] conceptualmente”, indo além da simples oferta de educação para todos, o mesmo “passa a encarar educação e cultura como instrumentos de libertação e, concomitantemente, da possível transformação da sociedade.

À nível teórico o programa, à priori, parece inquestionável quanto ao vanguardismo das idéias nele [prescrito]. *Tanto é assim que, nas suas formulações, os intelectuais da Campanha chegaram a colocar de maneira tosca, tímida e imprecisa, a*

¹⁴⁶ GÓES, Moacyr de., op. cit., p. 33.

¹⁴⁷ GERMANO, José Willington., op. cit., p.99.

¹⁴⁸ Id. ibid., p. 99.

¹⁴⁹ Pud; GERMANO, José Willington., op. cit., p. 100.

¹⁵⁰ GERMANO, José Willington., op. cit., p. 100.

*questão da revolução popular e do socialismo. Contudo, relacionando-os com a luta antiimperialista*¹⁵¹.

Nesse sentido, **é aí que residem os equívocos, pois dessa correlação de forças, não havia lugar para luta interna de classes**, e, conforme salienta Germano: (...) *ao pretender fazer a 'libertação popular através da educação'* [os intelectuais da Campanha] *caíam no culturalismo e no otimismo pedagógico na medida em que deixavam transparecer a educação e cultura como sendo os motores da transformação*¹⁵².

4.2.5 - O nacionalismo de Djalma Maranhão

É imprescindível [não deixar escapar] alguns elementos interessantes do pensamento de Djalma Maranhão, principalmente, no que concerne a sua concepção sobre a “doutrina nacionalista” e como ela era constituída. Com efeito, Maranhão atacava com veemência a invasão estrangeira no país com respeito ao capital e a indústria. Para tanto, tentando tornar conciso suas idéias, vale conferir alguns artigos escritos por ele e publicados no Jornal de Natal em 1961. Ele assinala “trazemos nesta hora tão difícil para os destinos do Brasil, o problema que consideramos fundamental, que é o da **luta antiimperialista**. (...) Encontramo-nos hoje perante um Brasil humilhado, (...) marcharemos para uma luta mais tenaz, mais patriótica, visando libertar o Brasil da **tutela imperialista**. Segundo ele, *O que vai levar o Brasil à falência é a pressão, a subjugação imperialista, a nossa dependência econômica às forças do capital monopolizador*. (...) E nós só poderemos alcançar a etapa de industrialização do país (...), quando anularmos a pressão econômica **imperialista** em nossa Pátria (...). [Para não parecer xenófobo, o mesmo esclarece] *que não somos contra o estrangeiro. Somos contra o capital estrangeiro no seu aspecto colonial*¹⁵³. (Grifo nosso)

Partindo dessas proposições formuladas por Djalma Maranhão, torna-se explícito[a] uma substancial diferença de idéias que o mesmo apresentou em períodos distintos de sua vida política, visto que, em 1946, ao ser expulso do PCB, o mesmo afirmava: *continuo a crer na vitória do socialismo, convicto de que somente a dialética marxista-leninista liberará as massas da opressão e da fome através da socialização dos meios de*

¹⁵¹ Id. *ibid.*, p. 177.

¹⁵² Id. *ibid.*, p. 178.

¹⁵³ Apud, GERMANO, José Willington. Op. cit., pp. 127-8 (Grifo nosso)

produção e da entrega da terra aos [camponeses] ¹⁵⁴. Já em 1961, como **prefeito do município de Natal** e “naturalmente, sob uma conjuntura política diferente”, Maranhão declarava que *o problema que consideramos fundamenta(...) é o da luta antiimperialista.* ¹⁵⁵

Esses argumentos tendem a reforçar, mais uma vez, a falta de maturidade e de riqueza teórica dos nossos quadros de esquerda, visto ser dele que Djalma Maranhão teve sua origem e, dele, provavelmente, herdou e emaranhou-se nas técnicas, na linguagem e nas interpretações da política de massas enquanto espaço adotado “tacitamente” pela esquerda enquanto instrumento de luta. Conforme Ianni, *a esquerda sempre esteve, direta e indiretamente, relacionada com o populismo. Em sua maioria, mesmo em seus setores mais radicais, acreditava que se infiltrar nos movimentos de massas era um técnica viável de ação política para a esquerda* ¹⁵⁶ (Grifo nosso). Sendo assim, querendo conquistar as massas por esse meio. *Na maioria dos casos, entretanto, transformaram-se eles próprios em populistas* ¹⁵⁷. Mediante essa discussão é importante destacar que, no Brasil *o nível teórico dos quadros da esquerda sempre foi insatisfatório* [salvo alguns casos] *os quadros partidários não contavam com uma formulação teórica suficiente para interpretar corretamente a realidade nacional e internacional* ¹⁵⁸.

A partir dessa compreensão, torna-se viável registrar mais um equívoco teórico-[ideológico] de Djalma Maranhão. Ao ensejar a idéia de que *a luta antiimperialista exige paralelamente a campanha de industrialização, a grande campanha pela reforma agrária*, ele se utilizará da seguinte base teórica, *a Reforma Agrária é solução burguesa, válvula do capitalismo para o problema da terra. Para os socialistas-marxistas é uma etapa da luta, dentro da tese proudhoniana em que a propriedade é um roubo*. Erro crasso de Maranhão. Ao sugerir que o marxismo tenha incorporado a tese do filósofo francês, ele negou o fato de que *o próprio Marx foi um crítico rigoroso de Proudhon*. Segundo Marx *o único ponto em que estou totalmente de acordo com o Sr. Proudhon é quanto a sua repulsa pelo pieguismo socialista* ¹⁵⁹.

Por fim, importa assinalar as idéias de Djalma Maranhão nos artigos citados e escritos no ano de 1961, em que fica manifesto a sua ausência de clareza no tocante as questões referentes ao modo de produção capitalista. Nesses artigos, o fulcro de sua concepção se volta para a superação do subdesenvolvimento, sendo necessário, para tanto, a luta pela

¹⁵⁴ Apud; GERMANO, José Willington., op. cit., p.130(Grifo nosso)

¹⁵⁵ Apud; GERMANO, José Willington., op. cit., p.130(Grifo nosso)

¹⁵⁶ Apud; GERMANO, José Willington., op. cit., p. 130(Grifo nosso).

¹⁵⁷ IANNI, Octávio., O colapso do Populismo no Brasil. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978., p. 178.

¹⁵⁸ Id. Ibid., p.99.

industrialização do país e a luta pela reforma agrária. Por essa razão, ele reforça a importância de se fomentar a *luta imperialista*. Não obstante, o que se evidencia é a falta de transparência das relações de exploração decorrentes do caráter de classe da formação social brasileira¹⁶⁰.

Diante disso, Djalma Maranhão e os seus assessores, os intelectuais da Campanha De Pé no Chão, caíam em alto equívoco,

na medida em que a noção de popular acabava sendo apontada para a noção de nacional, há que se reconhecer que não foram capazes de se desvencilhar inteiramente dos interesses burgueses, porquanto, ao ensejarem o primado da nação sobre as classes, enfatizavam a luta antiimperialista, aparecendo, assim, em segundo plano, a dominação e conseqüentemente a luta interna de classes¹⁶¹.

A partir dessas proposições, para não contrariar a definição do conceito até aqui abordado, qual seja _ **populismo**, não nos tornará incômodo utilizar o termo populista para definir a identidade política do líder Djalma Maranhão.



¹⁵⁹ A esse respeito, veja-se: GERMANO, José Willington., op. cit., p. 132.

¹⁶⁰ GERMANO, José Willington., op. cit., p. 133.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo desta monografia, procuramos reconstruir as condições as condições históricas em que surgiu o populismo no Brasil. Assim sendo, vimos que o populismo brasileiro surge sob a liderança de Getúlio Vargas e os políticos a ele associados.

Desde 1930, esse novo movimento político começa a se estruturar e, ao lado das medidas concretas, irá desenvolver uma ideologia e uma linguagem própria. A partir de 1945 até 1964, tornar-se-á evidente a presença de vários líderes de ressonância nacional que buscarão conquistar a adesão popular nos centros mais urbanizados do País.

Vimos que a peculiaridade do populismo, advém do seu surgimento como forma de dominação de um “vazo político”, em que nenhuma classe tem a hegemonia e exatamente porque nenhuma classe, devido sua debilidade, se afigura capaz de assumi-la.

Constatamos que a promoção das massas estava subordinada as novas condições especificamente políticas criadas com a crise da oligarquia. Não obstante, atestamos que a adesão dessas classes populares aos líderes populistas não representou apenas uma identificação com o regime que sugere, incontestavelmente a subordinação à manipulação exercida por outras classes mas também que este comportamento denota os sinais de insatisfação social criada pelas condições em que se processa o desenvolvimento, reservando as massas populares os sacrifícios maiores.

Nesse sentido, mediante um quadro histórico, o populismo foi caracterizado e interpretado no contexto social e econômico em que realmente surgiu. No conjunto, trata-se de uma política de massas específica de uma etapa das transformações econômico-sociais e políticas no país.

Objetivando melhor compreensão do Tema_ A República Populista no Brasil, fizemos uma análise das várias definições sobre o conceito de populismo e nos referenciamos, como linha(teórica) de trabalho, em Octacílio Ianni.

O exame dos acontecimentos coloca-nos, em consequência, diante do problema das diferenças regionais no país e da atuação da esquerda brasileira no que concerne a política de massas. Assim sendo, pudemos asseverar que a política de massas foi burguesa e esquerdista.

¹⁶¹ Id. *ibid.*, p. 178.

Visto que a esquerda sempre esteve direta e indiretamente relacionada com o populismo, utilizando-o como um técnica viável de ação política. Contudo, ao infiltrar-se ou alinhar-se, por exemplo, a este movimento formaram-se, assim, em um dos principais elementos da democracia populista e, *na maioria dos casos, entretanto, transformaram-se eles próprios em populistas(...)*.

Assim sendo, a esquerda brasileira não foi capaz de transformar a política de massas numa política de classes. O erro dela foi, indubitavelmente, adorar e emaranhar-se no modelo populista.

A origem do populismo no Rio Grande do Norte se dará em meio ao processo de industrialização e a crise da hegemonia oligárquica. Desta conjuntura irá surgir no estado duas lideranças políticas que, nesse momento, representavam muito bem as aspirações dos setores populares emergentes. Foram eles, Aluísio Alves e Djalma Maranhão.

Apesar das diferenças ideológicas e políticas o estado assistirá a uma aliança entre os grupos liderados por Aluísio e Djalma, embora, após as eleições de 1960 e a expressiva vitória desses dois políticos nas eleições, ocorrerá, em seguida o afastamento e o expurgo deste último grupo.

Vimos que a dupla determinação da situação social e a política de massas é uma das raízes para a explicação da ambigüidade permanente delas no período do populismo. Nesse quadro, observamos que as mesmas classes que servem de legitimação ao novo regime pressionaram, concomitantemente, pela sua incorporação política e econômica ao sistema e, em meio a este processo, trazem para o cenário político suas insatisfações. Desse modo, tendem a converter-se em permanente ameaça de superação de status quo. Nesse sentido, toda política de massas paga um preço pela adesão popular. Ao mesmo tempo em que torna evidente que este modelo político viveu em permanente crise.

No entanto, essa situação de crise se aprofundará ainda mais com os debates sobre as reformas de base. Isto ocorre devido ao progresso da política de massas que incomodava diretamente a maioria dos setores burgueses. Desenvolve-se em meio a este impasse, uma campanha ideológica e policial contra todas as manifestações da política de massas.

Em 1964 o que se vê é a vitória de um regime político determinado pela dependência estrutural, acentuada desde a época de Juscelino Kubitscheck.

No Rio Grande do Norte assisti-se a um quadro dos acontecimentos que, na verdade, era um reflexo dessa dependência estrutural.

Em nome do princípio da interdependência ocorre, simultaneamente, uma reformulação total da dependência externa do Brasil. Nesse quadro, os setores políticos que não se enquadravam nesse novo modelo foram expurgados até ficarem totalmente alijadas do poder mediante o golpe de 1964. Foi o caso de Djalma Maranhão, líder nacionalista que se opunha a este modelo político-econômico.

Por fim, trabalhamos Djalma Maranhão mediante alguns aspectos que objetivaram, antes de tudo, reforçar a nossa compreensão de que aqui no Rio Grande do Norte ocorreu também a existência de um líder populista de esquerda. Ao mesmo tempo, levantamos algumas abordagens sobre sua postura política, destacando, para tanto, sua inserção no cenário político e sua trajetória na vida pública através de uma visão crítica e analítica, tendo em vista a sua importância conforme as definições propostas pela Nova História.

BIBLIOGRAFIA

- ANDRADE, Manoel Correia de. **O Nordeste e a questão regional.** São Paulo: Ática, 1988.
- ANDRADE, Manuel Correia de. **Estado, capital e industrialização no Nordeste.** Rio de Janeiro: Zahar, 1981.
- BASBAUM, Leôncio. **História sincera da república(1930-1960).** 4. ed. São Paulo: Alfa Ômega, 1976.
- BOBBIO, Norberto. **Dicionário de política.** Brasília: Editora da Universidade de Brasília., 11. ed. 1998.
- CARVALHO, ALBA Maria Pinho de. **A questão da transformação e o trabalho social: uma análise gramsciana.** 2. Ed. São Paulo, Editora Cortez, 1986.
- CARVALHO, Inaiá Maria Moreira de. **O Nordeste e o regime autoritário: discurso e prática do planejamento regional.** São Paulo: HUCITEC/SUDENE, 1987.
- CARVALHO, Otamar de. **A importância da seca de 1877-79 e os equívocos clássicos da História das secas nordestinas.** IN: ___ A economia política do nordeste (seca, irrigação e desenvolvimento).
- COHN, Amélia. **Crise regional e planejamento.** São Paulo: perspectiva, 1978.
- COSTA, Homero de Oliveira. **O partido comunista no Rio Grande do Norte, 1945-1964.,** vol. 3. Caderno de história, 1996.
- CRUZ, Dalcy da Silva. **A redenção necessária: igreja católica e sindicalismo rural, 1960-64.** Dissertação de mestrado em sociologia. Campina Grande: UFPB, 1960-65. 1982.
- DREIFUSS, René Armand. **A conquista do estado: ação política, poder e golpe de classe.** 3. Ed. Petrópolis: Vozes, 1981.
- FAUSTO, Boris. **Populismo: capítulos encerrados.** Cadernos de debate. São Paulo, 1976.
- FURTADO, Celso. **A fantasia organizada.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.
- GALVÃO, Mailde Ferreira Pinto. 1964. **Aconteceu em abril.** Natal: clima, 1994.
- GERMANO, José Willington. **Lendo e aprendendo: a campanha de pé no chão.** São Paulo: Cortez, 1991.